

Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 5005611-66.2016.4.04.7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DA CAPITAL



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FLORIANÓPOLIS

RENAN DANTAS FERNANDES
Oficial Interino

Continuação da Matrícula: 135.463

MATRÍCULA

- 135.463 -

FOLHA

- 02 -

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Florianópolis, 21 de novembro de 2016

Secretaria, por ordem do Exmo. Sr. Dr. Ivori Luis da Silva Scheffer, Juiz Federal da 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC; e Auto de Penhora e Depósito datado de 17/11/2016, firmado pela Oficiala de Justiça Federal Schirley Grudtner.

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

Valor do Débito: R\$ 2.854.983,35, atualizado para **R\$ 2.860.353,50**.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.

Emolumentos - R\$ Isento - Selo: R\$ Isento

Selo(s): DOG49583-7LP1.

() Gleci Palma Ribeiro ~~Melo~~ - Oficial Titular
() Murilo Ribeiro Melo - Substituto Legal
() Renan Dantas Fernandes - Escrevente Substituto
(x) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente Auxiliar

R-5-135463 - 21 de novembro de 2016.

PROTOCOLO OFICIAL Nº: 309.776 em 17/11/2016.

TÍTULO: PENHORA - Mandado de Penhora e Avaliação - Autos nº 5005611-66.2016.4.04.7200, expedido em 31/08/2016, por ordem do Exmo. Sr. Dr. Ivori Luis da Silva Scheffer, Juiz Federal da 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC, assinado digitalmente por Anderson Lueders, Diretor de Secretaria em 12/09/2016; e Auto de Penhora datado de 17/11/2016, firmado pela Analista Judiciário/Executante de Mandados Maria Cláudia Krodell Rech.

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

Valor do Débito: R\$ 1.159.163,09, atualizado para **R\$ 1.162.102,75**.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.

Emolumentos: Isento - Selo: Isento.

Selo(s): DOG49584-50LT.

() Gleci Palma Ribeiro Melo - Oficial Titular
() Murilo Ribeiro Melo - Substituto Legal
() Renan Dantas Fernandes - Escrevente Substituto
(x) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente Auxiliar

R-6-135463 - 21 de maio de 2018.

PROTOCOLO OFICIAL Nº: 330.744 em 10/05/2018.

Continua no verso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DA CAPITAL

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FLORIANÓPOLIS

RENAN DANTAS FERNANDES
Oficial Interino

Continuação da Matrícula: 135.463

MATRÍCULA

- 135.463 -

FOLHA

02V

VERSO

TÍTULO: PENHORA - Mandado de Penhora e Avaliação - Processo nº 5003981-38.2017.4.04.7200, expedido em 20/04/2018, por ordem do Exmo. Sr. Ivori Luis da Silva Scheffer, Juiz Federal da 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC, assinado digitalmente por Anderson Lueders, Diretor de Secretaria em 23/04/2018; e Auto de Penhora, Depósito e Avaliação datado de 07/05/2018, firmado pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal, Sergio Braun.

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

Valor da Avaliação: R\$ 6.449.395,22.

Valor do Débito: R\$ 69.636,46.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.

Emolumentos: Isento - Selo: Isento.

Selo(s): ERK73828-84HC.

() Gleci Palma Ribeiro Melo - Oficial Titular
() Murilo Ribeiro Melo - Substituto Legal
() Renan Dantas Fernandes - Escrevente Substituto
(x) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente Auxiliar
() Alexandre Luiz Pires - Escrevente Auxiliar

R-7-135463 - 21 de maio de 2018.

PROTOCOLO OFICIAL Nº: 330.745 em 10/05/2018.

TÍTULO: PENHORA - Mandado de Penhora e Avaliação - Processo nº 5003502-45.2017.4.04.7200, expedido em 20/04/2018, por ordem do Exmo. Sr. Ivori Luis da Silva Scheffer, Juiz Federal da 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC, assinado digitalmente por Anderson Lueders, Diretor de Secretaria em 23/04/2018; e Auto de Penhora, Depósito e Avaliação datado de 07/05/2018, firmado pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal, Sergio Braun.

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

Valor da Avaliação: R\$ 6.449.395,22.

Valor do Débito: R\$ 731.662,73.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.

Emolumentos: Isento - Selo: Isento.

Selo(s): ERK73829-EBXK.

() Gleci Palma Ribeiro Melo - Oficial Titular
() Murilo Ribeiro Melo - Substituto Legal
() Renan Dantas Fernandes - Escrevente Substituto
(x) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente Auxiliar

Continua na ficha 03

Protocolo: 732.740

Rua Emílio Blum, 131 - Ed. Hantel Office Building - 1º andar - Bloco A - Centro - Florianópolis - SC

Data da Emissão: 15/04/2021

Fone (048) 3222-4080

Hora Emissão: 16:28 hs.

CEP: 88020-010 - Site: www.gleci.com.br - E-mail: gleci@gleci.com.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DA CAPITAL



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FLORIANÓPOLIS

RENAN DANTAS FERNANDES
Oficial Interino

Continuação da Matrícula: 135.463

MATRÍCULA

- 135.463 -

FOLHA

- 03 -

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Florianópolis, 21 de maio de 2018

() Alexandre Luiz Pires - Escrevente Auxiliar

R-8-135463 - 21 de junho de 2019.

PROTOCOLO OFICIAL Nº: 347.988 em 11/06/2019.

TÍTULO: PENHORA - Mandado de Penhora e Avaliação - Processo nº 5018093-75.2018.4.04.7200, expedido em 01/04/2019, por ordem do Exmo. Sr. Ivorí Luis da Silva Scheffer, Juiz Federal da 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC, assinado eletronicamente em 02/04/2019, por Anderson Lueders, Diretor de Secretaria, e Auto de Penhora e Depósito datado de 11/06/2019, firmado pela Oficiala de Justiça Federal, Schirley Grudtner.

EXEQUENTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

Valor do Débito: R\$ 99.132,17.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.

Emolumentos: Isento - Selo: Isento - ISS: Isento.

Selo(s): ESG65233-BSMG.

() Gleci Palma Ribeiro Melo - Oficial Titular
() Murilo Ribeiro Melo - Substituto Legal
() Renan Dantas Fernandes - Escrevente Substituto
(x) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente Auxiliar
() Alexandre Luiz Pires - Escrevente Auxiliar

Av-9-135463 - 13 de abril de 2021.

PROTOCOLO OFICIAL Nº: 377.735 em 25/03/2021.

TÍTULO: PENEIRA - Ofício nº 310012440610 - Processo nº 0903805-91.2018.8.24.0023/SC, assinado digitalmente em 24/03/2021, por Keli Cristina Pandini Benedetti, Servidora de Cartório da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Florianópolis/SC, remetida por meio do Malote Digital da DCPRPG - Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais - TJSC, código de rastreabilidade nº 82420218416331.

EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.350.543/0001-90.

VALOR DA DÍVIDA: R\$ 1.841.461,60, calculada em 20/09/2018.

OBJETO DA PENHORA: O imóvel da presente matrícula.

OBSERVAÇÃO: O imóvel da presente matrícula, não pode ser alienado ou transferido sem a prévia aquiescência deste Juízo de Direito. O

Continua no verso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
COMARCA DA CAPITAL

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FLORIANÓPOLIS

RENAN DANTAS FERNANDES
Oficial Interino

Continuação da Matrícula: 135.463

MATRÍCULA

- 135.463 -

FOLHA

03V

VERSO

Fundo de Reaparelhamento da Justiça: Isento.
Emolumentos: Isento - Selo: Isento.
Selo(s): FVQ05392-VZSZ.

(X) Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente
() Alexandre Luiz Pires - Escrevente
() Douglas Tadeu Hermes - Escrevente
() Adriana Estuqui Tobias de Aguiar - Escrevente

CERTIFICO que esta impressão destina-se a certificar o(s) atos(s) inscrito(s) por força do título apresentado no protocolo oficial 377.735, para cumprimento do Regimento de Custas e Emolumentos, e, por este motivo, não contém informação sobre a existência de outros protocolos/procedimentos vinculados ao imóvel matriculado. Era o que tinha a certificar.

Selo(s): Isento

Florianópolis, 15 de abril de 2021.

() Jarbas Dias Gonçalves - Escrevente
() Alexandre Luiz Pires - Escrevente
() Rafael Mallmann Leal - Escrevente
() Douglas Tadeu Hermes - Escrevente
() Adriana Estuqui Tobias de Aguiar - Escrevente





ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

PGM - Relatório de Dividas por Execução Fiscal

Código Execução: 78483
Processo: 0903805-91.2018.8.24.0023
Executado: 184565 ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Data Processo: 19/09/2018
CPF/CNPJ Executado: 04.350.543/0001-90

Crédito Tributário	Referente	CDA	Ano/Parc.	Data Venc.	Nº Insc.	Data Insc.	Situação	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Valor Atual	Honorários	Valor Total
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113351/2017	2009/1	27/11/2009	113351	12/07/2017	ABERTO	39.873,80	0,00	133.474,83	3.539,33	176.887,96	17.688,80	194.576,76
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113352/2017	2009/1	30/11/2009	113352	12/07/2017	ABERTO	38.295,72	0,00	125.338,72	3.323,58	166.958,02	16.695,80	183.653,82
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113353/2017	2009/1	30/11/2009	113353	12/07/2017	ABERTO	132,86	0,00	436,59	11,57	581,02	58,10	639,12
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113354/2017	2009/1	30/11/2009	113354	12/07/2017	ABERTO	798,42	0,00	2.352,34	62,38	3.213,14	321,31	3.534,45
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113355/2017	2009/1	30/11/2009	113355	12/07/2017	ABERTO	1.643,55	0,00	5.168,13	137,05	6.948,73	694,87	7.643,60
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113356/2017	2009/1	30/11/2009	113356	12/07/2017	ABERTO	1.139,28	0,00	3.976,92	105,45	5.221,65	522,16	5.743,82
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113357/2017	2009/1	30/11/2009	113357	12/07/2017	ABERTO	923,80	0,00	4.070,90	107,95	5.102,65	510,26	5.612,92
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113358/2017	2009/1	30/11/2009	113358	12/07/2017	ABERTO	6.431,46	0,00	20.551,98	544,97	27.528,41	2.752,84	30.281,25
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113359/2017	2009/1	30/11/2009	113359	12/07/2017	ABERTO	7.600,99	0,00	33.227,08	881,08	41.709,15	4.170,92	45.880,06
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113360/2017	2009/1	01/12/2009	113360	12/07/2017	ABERTO	1.669,16	0,00	6.561,21	173,99	8.404,36	840,44	9.244,80
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113361/2017	2009/1	01/12/2009	113361	12/07/2017	ABERTO	1.021,01	0,00	4.524,88	119,98	5.665,87	566,59	6.232,46



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

PGM - Relatório de Dividas por Execução Fiscal

Página: 2 / 3

Data: 06/05/2025

Crédito Tributário	Referente	CDA	Ano/Parc.	Data Venc.	Nº Insc.	Data Insc.	Situação	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Valor Atual	Honorários	Valor Total
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113362/2017	2009/1	01/12/2009	113362	12/07/2017	ABERTO	56.869,42	0,00	177.387,51	4.703,75	238.960,68	23.896,07	262.856,75
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113363/2017	2009/1	01/12/2009	113363	12/07/2017	ABERTO	349,71	0,00	1.096,25	29,07	1.475,03	147,50	1.622,53
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113364/2017	2009/1	01/12/2009	113364	12/07/2017	ABERTO	3.989,54	0,00	14.489,25	384,21	18.863,00	1.886,30	20.749,30
TAXAS URBANISTICAS	8535310	113365/2017	2009/1	01/12/2009	113365	12/07/2017	ABERTO	252.471,29	0,00	1.052.506,70	27.909,06	1.332.887,05	133.288,70	1.466.175,76
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	242321/2018	2015/48	15/12/2015	242321	17/07/2018	ABERTO	5.018,35	0,00	5.761,56	250,92	11.030,83	1.103,08	12.133,91
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	42290/2016	2015/49	15/12/2015	42290	13/06/2016	ABERTO	8.314,80	0,00	9.546,22	415,74	18.276,76	1.827,68	20.104,44
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	42291/2016	2015/50	15/12/2015	42291	13/06/2016	ABERTO	10.886,18	0,00	12.498,42	544,31	23.928,91	2.392,89	26.321,80
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	42292/2016	2015/51	15/12/2015	42292	13/06/2016	ABERTO	8.213,01	0,00	9.429,35	410,65	18.053,01	1.805,30	19.858,31
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	42293/2016	2015/52	15/12/2015	42293	13/06/2016	ABERTO	9.945,18	0,00	11.418,06	497,26	21.860,50	2.186,05	24.046,55
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	45355/2016	2015/54	15/12/2015	45355	01/09/2016	ABERTO	5.842,30	0,00	6.707,54	292,12	12.841,96	1.284,20	14.126,16
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	45356/2016	2016/26	15/02/2016	45356	01/09/2016	ABERTO	4.202,86	0,00	4.732,00	210,14	9.145,00	914,50	10.059,50
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	46222/2016	2016/27	15/02/2016	46222	19/09/2016	ABERTO	2.149,98	0,00	2.420,66	107,50	4.678,14	467,81	5.145,95



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS
PGM - Relatório de Dividas por Execução Fiscal

Crédito Tributário	Referente	CDA	Ano/Parc.	Data Venc.	Nº Insc.	Data Insc.	Situação	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Valor Atual	Honorários	Valor Total
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114651/2017	2016/30	15/02/2016	114651	24/08/2017	ABERTO	1.208,18	0,00	1.360,28	60,41	2.628,87	262,89	2.891,76
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114653/2017	2016/32	15/02/2016	114653	24/08/2017	ABERTO	505,26	0,00	568,87	25,26	1.099,39	109,94	1.209,33
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114654/2017	2016/33	15/02/2016	114654	24/08/2017	ABERTO	1.183,86	0,00	1.332,90	59,19	2.575,95	257,60	2.833,54
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114655/2017	2016/34	15/02/2016	114655	24/08/2017	ABERTO	1.132,21	0,00	1.274,75	56,61	2.463,57	246,36	2.709,93
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114656/2017	2016/35	15/02/2016	114656	24/08/2017	ABERTO	2.573,82	0,00	2.897,86	128,69	5.600,37	560,04	6.160,41
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114657/2017	2016/36	15/02/2016	114657	24/08/2017	ABERTO	574,62	0,00	646,96	28,73	1.250,31	125,03	1.375,34
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114658/2017	2016/37	15/02/2016	114658	24/08/2017	ABERTO	2.837,57	0,00	3.194,82	141,88	6.174,27	617,43	6.791,70
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114659/2017	2016/38	15/02/2016	114659	24/08/2017	ABERTO	1.242,52	0,00	1.398,95	62,13	2.703,60	270,36	2.973,96
32 - ISQN - SUBSTITUTO TRIBUTARIO	8535310	114660/2017	2016/39	15/02/2016	114660	24/08/2017	ABERTO	1.800,88	0,00	2.027,61	90,04	3.918,53	391,85	4.310,38

Total em aberto: 480.841,59 0,00 1.662.380,10 45.415,00 2.188.636,69 218.863,67 2.407.500,36

Total de Processos: 1 Total Geral: 480.841,59 0,00 1.662.380,10 45.415,00 2.188.636,69 218.863,67 2.407.500,36

VALOR TOTAL DO(S) DÉBITO(S) COM ACRÉSCIMOS/ENCARGOS LEGAIS R\$ 2.407.500,36

Evento 369

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

07/05/2025 08:33:49

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

369

Evento 370

Evento:

DESPACHO

Data:

07/05/2025 08:56:06

Usuário:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

370



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarín - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.gov.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de pedido protocolado pelo MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (E368) requerendo a habilitação de seus créditos, no valor de R\$ 2.407.500,36 (dois milhões, quatrocentos e sete mil e quinhentos reais e trinta e seis centavos), em razão da penhora descrita no AV9 do imóvel de matrícula 135.463 do 2º ORI de Florianópolis-SC.

Conforme a matrícula (E368-OUT4), a penhora em favor do Município de Florianópolis foi averbada no **AV9**, enquanto que a penhora no presente executivo encontra-se registrada no **R5**.

Ante o exposto, estando o crédito do Município garantido pela penhora, desnecessária manifestação judicial nesse sentido.

Observo que eventual distribuição de valores irá observar o decidido pelo STF na ADPF 357.

Cadastre-se o Município de Florianópolis na condição de interessado, vinculando o procurador de OAB/SC069810.

Cumpra-se. Intime-se.

Documento eletrônico assinado por **ANDREIA MOMOLLI**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720012997626v3** e do código CRC **83d7cf8b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDREIA MOMOLLI
Data e Hora: 07/05/2025, às 08:56:05

5005611-66.2016.4.04.7200

720012997626 .V3

Evento 371

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO

Data:

07/05/2025 09:44:46

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

371

Interessado:

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Prazo:

15 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

27/05/2025 00:00:00

Data Final:

16/06/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

RICARDO FRETTE FLORES

Suspensões e Feriados:

INSPEÇÃO JUDICIAL: 19/05/2025 a 23/05/2025

Evento 372

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DISTRIBUIDO___AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO

Data:

08/05/2025 18:14:15

Usuário:

SC034550 - MAURICIO NATAL SPILERE - ADVOGADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

372

Evento 373

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__359

Data:

08/05/2025 23:59:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

373

Evento 374

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DECISAO_PROFERIDA_EM___AGRAVO_DE_INSTRUMEN

Data:

09/05/2025 14:47:11

Usuário:

LAC84 - LOURIVAL ANTONIO DE CARVALHO JUNIOR - SERVIDOR DE SECRETARIA (TRF4)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

374

Evento 375

Evento:

COMUNICACOES

Data:

09/05/2025 18:12:05

Usuário:

PERSC000281 - GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI - PERITO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

375

23/04/25, 15:52

E-mail de Mazzolli Leilões - Notificação de Leilão Designado - 0903805-91.2018.8.24.0023



Mazzolli Leilões <suporte@mazzollileiloes.com.br>

Notificação de Leilão Designado - 0903805-91.2018.8.24.0023

2 mensagens

Mazzolli Leilões <suporte@mazzollileiloes.com.br>

22 de abril de 2025 às 15:05

Para: capital.regionalfiscal@tjsc.jus.br

Prezados, boa tarde.

Em razão de leilão designado no processo de n. **5005611-66.2016.4.04.7200**, em trâmite 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03), aos cuidados do Leiloeiro Gabriel Mazzolli Damiani, cujos leilões eletrônicos ocorrerão nos dias 12/05/2025 e 20/05/2025, com primeiro e segundo leilão designados a partir das 11h das respectivas datas, no site www.mazzollileiloes.com.br, **gostaríamos de solicitar a gentileza de que seja informado no processo de n. 0903805-91.2018.8.24.0023**, a presente situação, visto que o bem que irá a leilão consta averbado na matrícula penhora oriunda destes processos (matrícula n. 135.463, AV-9, 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC), para fins de cumprir o disposto no art. 889 do CPC.

Segue documentação anexa.

Pedimos a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.

À disposição.

Att.,

**MAZZOLLI**
LEILÕES

Equipe Mazzolli Leilões

+55 48 9 9957-8944

+55 48 4104-2701/ 48 3226-1926

www.mazzollileiloes.com.br

Redes Sociais: @mazzollileiloes

2 anexos**despacho.pdf**

269K

**Matricula_135463.pdf**

3204K

Capital - Unidade Regional Execuções Fiscais Municipais <capital.regionalfiscal@tjsc.jus.br>

23 de abril de 2025 às 12:55

Para: Mazzolli Leilões <suporte@mazzollileiloes.com.br>

Prezado(a),

Informo que juntei as informações aos autos indicados e intimei o exequente para conhecimento.

Atenciosamente,

Patrícia Borchardt

Técnica Judiciária Auxiliar

Unidade Regional das Execuções Fiscais Municipais

*Presidência – Órgãos de Apoio**Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau**Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais**Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais*

23/04/25, 15:52

E-mail de Mazzolli Leiloes - Notificação de Leilão Designado - 0903805-91.2018.8.24.0023

De: Mazzolli Leilões <suporte@mazzolileiloes.com.br>

Enviado: terça-feira, 22 de abril de 2025 15:05

Para: Capital - Unidade Regional Execuções Fiscais Municipais <capital.regionalfiscal@tjsc.jus.br>

Assunto: Notificação de Leilão Designado - 0903805-91.2018.8.24.0023

You don't often get email from suporte@mazzolileiloes.com.br. [Learn why this is important](#)

ATENÇÃO !!! Esta mensagem tem origem fora do ambiente protegido do Poder Judiciário de Santa Catarina. Para a sua segurança e da rede interna, sempre desconfie dos e-mails recebidos. Somente clique em links e abra anexos se tiver certeza do conteúdo. Recebeu algo suspeito? Encaminhe diretamente para o e-mail phishing@tjsc.jus.br.

=

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Evento 376

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA____DECISAO_PROFERIDA_EM__AGRAVO_DE_INSTRUMEN

Data:

12/05/2025 10:44:00

Usuário:

GSM80 - GISLAINE MARIA SILVA MACHADO - SERVIDOR DE SECRETARIA (TRF4)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

376

Evento 377

Evento:

COMUNICACOES

Data:

12/05/2025 14:57:33

Usuário:

PERSC000281 - GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI - PERITO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

377

**MAZZOLLI**
LEILÕES

Gabriel Mazzolli Damiani

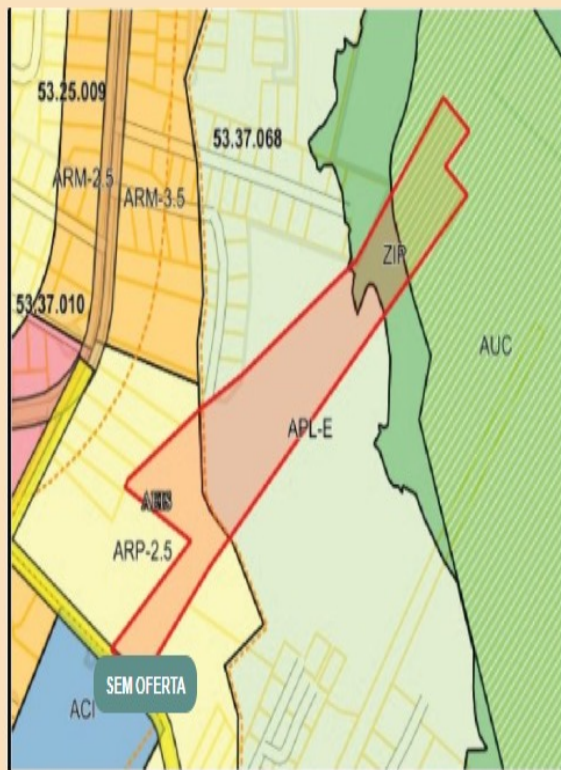
Leiloeiro Público Oficial AARC/281

AUTO NEGATIVO DO 1º LEILÃO - ELETRÔNICO

No dia doze de maio do corrente ano, a partir das 11h00min, após publicação do Edital de leilão expedido pela 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03), com ampla divulgação e seguindo as formalidades de estilo e legais, foi aberto pregão *on-line* no sítio www.mazzolileiloes.com.br, apregoando-se pelo tempo estipulado no Edital, dou fé de que **não houve licitantes interessados** no(s) bem(ns) levados a leilão no processo de nº **5005611-66.2016.4.04.7200**, motivo pelo qual dei por encerrado o pregão, do que, para constar, lavrei o presente Auto.

Florianópolis, 12 de maio de 2025.

Gabriel Mazzolli Damiani
Leiloeiro Público Oficial
AARC/281



Oferta	Data	Valor	Licitante

Lote: (18) VISITAS: 731

TERRENO - CORREGO GRANDE - 22.759,10M²

Valor: **R\$ 5.701.154,55**

Escolha sua oferta:

R\$ 5.701.154,55

R\$ 5.721.154,55

R\$ 5.751.154,55

^

v

CONFIRMA

Programar oferta:

R\$ 5.731.154,55

^

v

PROGRAMAR

Vai para lote no pregão

K

<

>

>|

18/24

18 Sem oferta Terreno - Córrego Grande - 22.759,10m²

Início: 12/04 00:00
Encerra a partir: 12/05 11:00
Valor avaliação: R\$ 5.701.154,55



Descrição do bem

Favoritos ★

Bem(ns): 01 (um) terreno de forma irregular designado por "área A2" do desmembramento 02/12 com área de 22.759,10m², situado a 122,00m da esquina da Rua Vera Linhares de Andrade, Córrego Grande, 4º subdistrito da Trindade, Florianópolis/SC, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao oeste, medindo 38,00m, com a Rua Maestro Aldo Krieger, fundos ao Leste, numa linha quebrada em três lances: o primeiro medindo 33,57m, confrontando com a Curia Metropolitana, o segundo medindo 33,00m, e o terceiro medindo 28,85m, ambos confrontando com Lourival Baschiroto, lateral esquerda, ao Sul medindo 441,00m, confrontando com Associação Coral de Florianópolis, laterais direita, ao norte, numa linha quebrada em seis lances: o primeiro medindo 102,00m, o segundo medindo 71,30m, ambos confrontando com área A1 de Alamo Construtora e Incorporadora Ltda, o terceiro medindo 9,18m, confrontando com Aldo Ernesto Rodrigues, o quarto medindo 185,67m, confrontando com Espólio de Telmo Vieira Ribeiro, o quinto medindo 138,14m, confrontando com Michel Eden, e o sexto medindo 48,00m, confrontando com Curia Metropolitana, matriculado sob o n. 135.483 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC. Inscrição Imobiliária sob o n. 53.37.068.1148.001-236.

Ônus: (R-3) penhora oriunda do processo de n. 5000185-73.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-4) penhora oriunda do processo de n. 5007393-11.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-5) penhora oriunda do processo de n. 5005611-66.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-6) penhora oriunda do processo de n. 5003981-38.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-7) penhora oriunda do processo de n. 5003502-45.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-8) penhora oriunda do processo de n. 5018093-75.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-6) penhora oriunda do processo de n. 0903805-91.2018.8.24.0023, em trâmite na Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-10) penhora oriunda do processo de n. 5025418-04.2018.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-11) penhora oriunda do processo de n. 0008889-48.22011.5.12.0026, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-12) penhora oriunda do processo de n. 5033188-72.2023.4.04.7200, em trâmite na 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03).

Valor do débito até 15/04/2025: R\$ 14.533.155,92 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Pagamento

Dados do leilão

Disponibilidade: Sem oferta

1º Leilão: 12/05/2025 11:00

Local: www.mazzolileiloes.com.br

Datas dos Leilões

1º Leilão: 12/05/2025 11:00

Valor leilão: R\$ 5.701.154,55

2º Leilão: 20/05/2025 11:00

Valor leilão: R\$ 2.850.577,28

Local do leilão

Local do bem

Dados do Processo

Vara da Justiça: 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03)

Magistrado: MARILIA DA COSTA PEREZ

Processo: 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Tipo de processo: EXECUÇÃO FISCAL

Exequente: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Executado: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Depositário:

Cidade/UF: Florianópolis/SC

Endereço: Rua Maestro Aldo Krieger, SN Córrego Grande -

Visitação:

Retirada:

Evento 378

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___349

Data:

13/05/2025 01:06:38

Usuário:

SECAUTOLOC - [AUTOMATIZAÇÃO] -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

378

Evento 379

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__371

Data:

19/05/2025 23:59:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

379

Evento 380

Evento:

COMUNICACOES

Data:

20/05/2025 16:08:31

Usuário:

PERSC000281 - GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI - PERITO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

380

**MAZZOLLI**
LEILÕES

Gabriel Mazzolli Damiani

Leiloeiro Público Oficial AARC/281

AUTO NEGATIVO DO 2º LEILÃO - ELETRÔNICO

No dia vinte de maio do corrente ano, a partir das 11h00min, após publicação do Edital de leilão expedido pela 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03), com ampla divulgação e seguindo as formalidades de estilo e legais, foi aberto pregão *on-line* no sítio www.mazzolileiloes.com.br, apregoando-se pelo tempo estipulado no Edital, dou fé de que **não houve licitantes interessados** no(s) bem(ns) levados a leilão no processo de nº **5005611-66.2016.4.04.7200**, motivo pelo qual dei por encerrado o pregão, do que, para constar, lavrei o presente Auto.

Florianópolis, 20 de maio de 2025.

Gabriel Mazzolli Damiani
Leiloeiro Público Oficial
AARC/281



MAZZOLLI
LEILÕES

Gabriel Mazzolli Damiani

Leiloeiro Público Oficial AARC/281

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA FEDERAL DA 14ª UNIDADE DE APOIO EM
EXECUÇÃO FISCAL (RSSAN03).**

Autos n. 5005611-66.2016.4.04.7200

Eu, **GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI**, Leiloeiro Público Oficial, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em razão da realização do segundo leilão, informar que, apesar de todo esforço na divulgação do bem, não houve licitantes interessados, razão pela qual junto o auto negativo.

Informo que o bem será disponibilizado em venda direta, como autorizado no Edital (item 11).

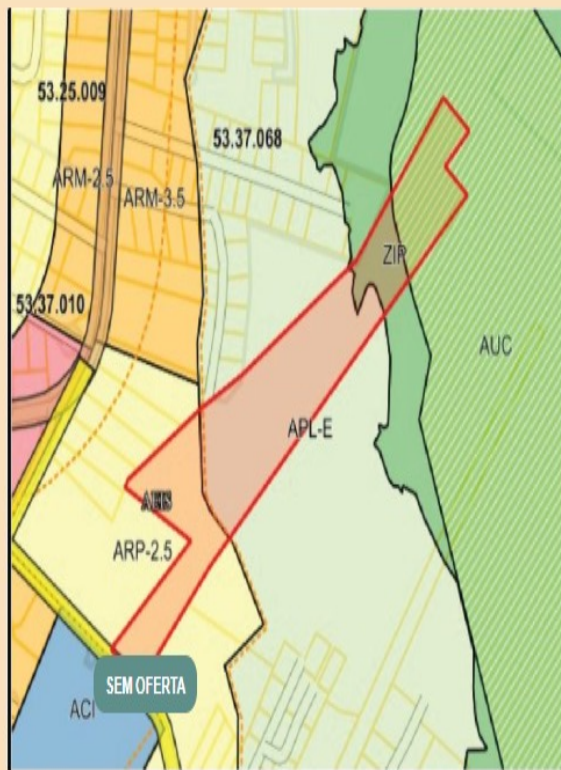
Fico à disposição.

Peço deferimento.

Florianópolis, 20 de maio de 2025.
Respeitosamente,

Gabriel Mazzolli Damiani

Leiloeiro Público Oficial
AARC/281



Oferta	Data	Valor	Licitante

Lote: (18) VISITAS: 1185

TERRENO - CORREGO GRANDE - 22.759,10M²

Valor: **R\$ 2.850.577,28**

Escolha sua oferta:

R\$ 2.850.577,28	R\$ 2.870.577,28
R\$ 2.900.577,28	CONFIRMA

Programar oferta:

R\$ 2.880.577,28	PROGRAMAR
------------------	-----------

Vai para lote no pregão

K	<	>	>I	10/15
---	---	---	----	-------

18 Sem oferta Terreno - Córrego Grande - 22.759,10m²

Início: 12/05 14:00
Encerra a partir: 20/05 11:00
Valor avaliação: R\$ 5.701.154,55

Editar

Descrição do bem

Favoritos ★

Bem(ns): 01 (um) terreno de forma irregular designado por "área A2" do desmembramento 02/12 com área de 22.759,10m², situado a 122,00m da esquina da Rua Vera Linhares de Andrade, Córrego Grande, 4º subdistrito da Trindade, Florianópolis/SC, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao oeste, medindo 38,00m, com a Rua Maestro Aldo Krieger, fundos ao Leste, numa linha quebrada em três lances: o primeiro medindo 33,57m, confrontando com a Curia Metropolitana, o segundo medindo 33,00m, e o terceiro medindo 28,85m, ambos confrontando com Lourival Baschiroto, lateral esquerda, ao Sul medindo 441,00m, confrontando com Associação Coral de Florianópolis, laterais direita, ao norte, numa linha quebrada em seis lances: o primeiro medindo 102,00m, o segundo medindo 71,30m, ambos confrontando com área A1 de Alamo Construtora e Incorporadora Ltda, o terceiro medindo 9,18m, confrontando com Aldo Ernesto Rodrigues, o quarto medindo 185,67m, confrontando com Espólio de Telmo Vieira Ribeiro, o quinto medindo 138,14m, confrontando com Michel Eden, e o sexto medindo 48,00m, confrontando com Curia Metropolitana, matriculado sob o n. 135.483 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC. Inscrição Imobiliária sob o n. 53.37.068.1148.001-238.

Ônus: (R-3) penhora oriunda do processo de n. 5000185-73.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-4) penhora oriunda do processo de n. 5007393-11.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-5) penhora oriunda do processo de n. 5005611-66.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-6) penhora oriunda do processo de n. 5003981-38.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-7) penhora oriunda do processo de n. 5003502-45.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-8) penhora oriunda do processo de n. 5018093-75.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-6) penhora oriunda do processo de n. 0903805-91.2018.8.24.0023, em trâmite na Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-10) penhora oriunda do processo de n. 5025418-04.2018.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-11) penhora oriunda do processo de n. 0008889-48.22011.5.12.0026, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-12) penhora oriunda do processo de n. 5033188-72.2023.4.04.7200, em trâmite na 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03).

Valor do débito até 15/04/2025: R\$ 14.533.155,92 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Pagamento

Dados do leilão

Disponibilidade: Sem oferta

2º Leilão: 20/05/2025 11:00

Local: www.mazzollileiloes.com.br

Datas dos Leilões

1º Leilão: 12/05/2025 11:00 Valor leilão: R\$ 5.701.154,55

2º Leilão: 20/05/2025 11:00 Valor leilão: R\$ 2.850.577,28

Local do leilão

Local do bem

Dados do Processo

Vara da Justiça: 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03)

Magistrado: MARILA DA COSTA PEREZ

Processo: 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Tipo de processo: EXECUÇÃO FISCAL

Exequente: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Executado: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Depositário:

Cidade/UF: Florianópolis/SC

Endereço: Rua Maestro Aldo Krieger, SN Córrego Grande -

Visitação:

Retirada:

Evento 381

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL

Data:

22/05/2025 09:43:54

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

381

Evento 382

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___359

Data:

06/06/2025 01:02:22

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

382

Evento 383

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__371

Data:

17/06/2025 01:03:14

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

383

Evento 384

Evento:

JUNTADO_A_

Data:

27/06/2025 13:46:54

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

384



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS
ATOrd 0006889-48.2011.5.12.0026
RECLAMANTE: NAZARENO DA SILVA PEREIRA
RECLAMADO: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO

Defiro o requerimento constante no ID 4079753.

À CAEX para atualização da dívida.

Após, solicite-se à 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal da Justiça Federal de SC, nos autos nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC, a reserva do valor apurado, encaminhando cópia da planilha, e que após a constrição seja comunicada a realização do ato a este Juízo.

Por economia e celeridade, cópia do presente despacho cumprirá a função de ofício.

Aguarde-se o resultado do leilão a ser realizado na Justiça Federal. Infrutífero o resultado, voltem para apreciação da petição da leiloeira nomeada nestes autos, apresentada sob o id 1a67190.

FLORIANOPOLIS/SC, 30 de maio de 2025.

ALESSANDRO DA SILVA

Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRO DA SILVA, em 30/05/2025, às 14:08:05 - acd3d35
<https://pje.trt12.jus.br/pjekz/validacao/25053011384865100000074393529?instancia=1>
Número do processo: 0006889-48.2011.5.12.0026
Número do documento: 25053011384865100000074393529

Reclamante: NAZARENO DA SILVA PEREIRA

Reclamado: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Período do Cálculo: 16/09/2006 a 29/07/2011

Data Ajuizamento: 16/09/2011

Data Liquidação: 30/06/2025

Processo: 0006889-48.2011.5.12.0026

Cálculo: 320398

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	271.784,91
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	52.016,09
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JEAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	2.431,90
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA JEAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA WASHINGTON LUIZ ROCHA	1.336,42
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA WASHINGTON LUIZ ROCHA	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	4.738,02
Total Devido Pelo Reclamado	332.307,34

Eventos ocorridos: Pagamento em 16/09/2024 no valor de R\$ 31.202,86.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

- Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 30/06/2025.
- Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula nº 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
- Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
- Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 16/09/2011 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).
- Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante. Atualização liquidada por MARCOS ANTONIO DANDOLINI na versão 2.13.2 em 06/06/2025 às 17:43:32.

Processo: 0006889-48.2011.5.12.0026
Cálculo: 320398

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante NAZARENO DA SILVA PEREIRA
Reclamado: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Período do Cálculo: 16/09/2006 a 29/07/2011 Data Ajuizamento: 16/09/2011 Data Liquidação: 30/06/2025

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 16/09/2024, data do(s) evento(s) Pagamento (Folha/ID não informado).

	Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
	Principal Corrigido	-	-	101.693,66	1,030015342	104.746,03	10.931,67	93.814,36
	Juros de Mora até 01/09/2022	-	-	122.056,03	1,030015342	125.719,58	13.120,55	112.599,03
	Juros de Mora de 02/09/2022 até 16/09/2024	95.870,66	24,50000%	-	-	23.488,31	2.451,32	21.036,99
	FGTS	-	-	17.076,61	1,030015342	17.589,17	1.835,67	15.753,50
	Juros de Mora até 01/09/2022	-	-	22.455,76	1,030015342	23.129,78	2.413,91	20.715,87
	Juros de Mora de 02/09/2022 até 16/09/2024	17.589,17	24,50000%	-	-	4.309,35	449,74	3.859,61
	Total Parcial					298.982,22	31.202,86	267.779,36

	Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
	Desconto da Contribuição Social	-	-	8.875,37	1,000000000	8.875,37	0,00	8.875,37
	Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Total Parcial					8.875,37	0,00	8.875,37

	Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
	Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	41.600,36	0,00	41.600,36
	HONORARIOS PERICIAIS - ENGENHEIRO devidos para WASHINGTON LUIZ ROCHA	-	-	1.282,04	1,030015342	1.320,52	0,00	1.320,52
	HONORARIOS PERICIAIS - CONTADOR devidos para JEAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	-	-	2.332,95	1,030015342	2.402,97	0,00	2.402,97

Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	-	4.681,66	0,00	4.681,66
Total Parcial						50.005,50	0,00	50.005,50

Saldo Devedor em 30/06/2025

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	93.814,36	1,012038959	94.943,79	0,00	94.943,79
Juros de Mora até 16/09/2024	-	-	133.636,02	1,012038959	135.244,86	0,00	135.244,86
Juros de Mora de 17/09/2024 até 30/06/2025	86.068,42	9,4667%	-	-	8.147,84	0,00	8.147,84
FGTS	-	-	15.753,50	1,012038959	15.943,16	0,00	15.943,16
Juros de Mora até 16/09/2024	-	-	24.575,48	1,012038959	24.871,34	0,00	24.871,34
Juros de Mora de 17/09/2024 até 30/06/2025	15.943,16	9,4667%	-	-	1.509,29	0,00	1.509,29
Total Parcial					280.660,28	0,00	280.660,28

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	8.875,37	1,000000000	8.875,37	0,00	8.875,37
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					8.875,37	0,00	8.875,37

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	43.140,72	0,00	43.140,72
HONORARIOS PERICIAIS - ENGENHEIRO devidos para WASHINGTON LUIZ ROCHA	-	-	1.320,52	1,012038959	1.336,42	0,00	1.336,42
HONORARIOS PERICIAIS - CONTADOR devidos para JEAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	-	-	2.402,97	1,012038959	2.431,90	0,00	2.431,90
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	4.738,02	0,00	4.738,02
Total Parcial					51.647,06	0,00	51.647,06

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 16/09/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
9/2006	136,60	1,170773034	159,93	0,00	0,00	159,93	0,00	159,93	0,00	0,00	159,93
10/2006	280,26	1,168581943	327,51	0,00	0,00	327,51	0,00	327,51	0,00	0,00	327,51
11/2006	270,25	1,167085739	315,40	0,00	0,00	315,40	0,00	315,40	0,00	0,00	315,40
12/2006	307,44	1,165312134	358,27	0,00	0,00	358,27	0,00	358,27	0,00	0,00	358,27
12/2006	163,56	1,165312134	190,59	0,00	0,00	190,59	0,00	190,59	0,00	0,00	190,59
1/2007	280,26	1,162766837	325,88	0,00	0,00	325,88	0,00	325,88	0,00	0,00	325,88
2/2007	463,86	1,161929086	538,97	0,00	0,00	538,97	0,00	538,97	0,00	0,00	538,97
3/2007	307,44	1,159753389	356,56	0,00	0,00	356,56	0,00	356,56	0,00	0,00	356,56
4/2007	303,15	1,158280057	351,13	0,00	0,00	351,13	0,00	351,13	0,00	0,00	351,13
5/2007	285,22	1,156327020	329,81	0,00	0,00	329,81	0,00	329,81	0,00	0,00	329,81
6/2007	312,88	1,155224936	361,45	0,00	0,00	361,45	0,00	361,45	0,00	0,00	361,45
7/2007	295,41	1,153530400	340,77	0,00	0,00	340,77	0,00	340,77	0,00	0,00	340,77
8/2007	295,41	1,151841800	340,27	0,00	0,00	340,27	0,00	340,27	0,00	0,00	340,27
9/2007	513,03	1,151436494	590,72	0,00	0,00	590,72	0,00	590,72	0,00	0,00	590,72
10/2007	279,07	1,150123053	320,96	0,00	0,00	320,96	0,00	320,96	0,00	0,00	320,96
11/2007	275,03	1,149444881	316,14	0,00	0,00	316,14	0,00	316,14	0,00	0,00	316,14
12/2007	312,88	1,148709707	359,41	0,00	0,00	359,41	0,00	359,41	0,00	0,00	359,41
12/2007	686,81	1,148709707	788,95	0,00	0,00	788,95	0,00	788,95	0,00	0,00	788,95
1/2008	356,08	1,147550681	408,61	0,00	0,00	408,61	0,00	408,61	0,00	0,00	408,61
2/2008	356,08	1,147271894	408,52	0,00	0,00	408,52	0,00	408,52	0,00	0,00	408,52
3/2008	398,60	1,146802851	457,12	0,00	0,00	457,12	0,00	457,12	0,00	0,00	457,12
4/2008	1.132,44	1,145708699	1.297,45	0,00	0,00	1.297,45	0,00	1.297,45	0,00	0,00	1.297,45
5/2008	355,52	1,144866078	407,02	0,00	0,00	407,02	0,00	407,02	0,00	0,00	407,02
6/2008	376,35	1,143555563	430,38	0,00	0,00	430,38	0,00	430,38	0,00	0,00	430,38
7/2008	376,35	1,141370979	429,55	0,00	0,00	429,55	0,00	429,55	0,00	0,00	429,55
8/2008	411,59	1,139577285	469,04	0,00	0,00	469,04	0,00	469,04	0,00	0,00	469,04
9/2008	376,35	1,137336731	428,04	0,00	0,00	428,04	0,00	428,04	0,00	0,00	428,04
10/2008	376,35	1,134936990	426,97	0,00	0,00	426,97	0,00	426,97	0,00	0,00	426,97
11/2008	441,26	1,132661044	499,80	0,00	0,00	499,80	0,00	499,80	0,00	0,00	499,80
12/2008	363,36	1,130232175	410,69	0,00	0,00	410,69	0,00	410,69	0,00	0,00	410,69

12/2008	904,59	1,130232175	1,022,39	0,00	1,022,39	0,00	1,022,39	0,00	1,022,39
1/2009	398,60	1,128156368	449,69	0,00	449,69	0,00	449,69	0,00	449,69
2/2009	363,36	1,127647799	409,75	0,00	409,75	0,00	409,75	0,00	409,75
3/2009	363,36	1,000000000	363,36	0,00	868,36	0,00	363,36	505,00	868,36
4/2009	350,38	1,000000000	350,38	0,00	834,64	0,00	350,38	484,26	834,64
5/2009	398,60	1,000000000	398,60	0,00	946,46	0,00	398,60	547,86	946,46
6/2009	349,33	1,000000000	349,33	0,00	826,70	0,00	349,33	477,37	826,70
7/2009	369,45	1,000000000	369,45	0,00	871,78	0,00	369,45	502,33	871,78
8/2009	420,42	1,000000000	420,42	0,00	989,16	0,00	420,42	568,74	989,16
9/2009	346,82	1,000000000	346,82	0,00	813,59	0,00	346,82	466,77	813,59
10/2009	407,16	1,000000000	407,16	0,00	952,47	0,00	407,16	545,31	952,47
11/2009	371,16	1,000000000	371,16	0,00	865,53	0,00	371,16	494,37	865,53
12/2009	371,16	1,000000000	371,16	0,00	863,08	0,00	371,16	491,92	863,08
12/2009	918,02	1,000000000	918,02	0,00	2.140,81	0,00	918,02	1.222,79	2.140,81
1/2010	1,055,78	1,000000000	1,055,78	0,00	2.448,85	0,00	1,055,78	1.393,07	2.448,85
2/2010	238,32	1,000000000	238,32	0,00	550,95	0,00	238,32	312,63	550,95
3/2010	371,16	1,000000000	371,16	0,00	855,58	0,00	371,16	484,42	855,58
4/2010	357,90	1,000000000	357,90	0,00	822,34	0,00	357,90	464,44	822,34
5/2010	461,79	1,000000000	461,79	0,00	1.057,39	0,00	461,79	595,60	1.057,39
6/2010	380,28	1,000000000	380,28	0,00	867,47	0,00	380,28	487,19	867,47
7/2010	430,74	1,000000000	430,74	0,00	978,77	0,00	430,74	548,03	978,77
8/2010	1,127,32	1,000000000	1,127,32	0,00	2.552,01	0,00	1,127,32	1.424,69	2.552,01
9/2010	353,10	1,000000000	353,10	0,00	796,49	0,00	353,10	443,39	796,49
10/2010	417,15	1,000000000	417,15	0,00	937,57	0,00	417,15	520,42	937,57
11/2010	366,69	1,000000000	366,69	0,00	820,77	0,00	366,69	454,08	820,77
12/2010	424,92	1,000000000	424,92	0,00	947,42	0,00	424,92	522,50	947,42
12/2010	933,28	1,000000000	933,28	0,00	2.088,95	0,00	933,28	1.155,67	2.088,95
1/2011	461,79	1,000000000	461,79	0,00	1.025,76	0,00	461,79	563,97	1.025,76
2/2011	393,86	1,000000000	393,86	0,00	871,24	0,00	393,86	477,38	871,24
3/2011	366,69	1,000000000	366,69	0,00	808,07	0,00	366,69	441,38	808,07
4/2011	403,57	1,000000000	403,57	0,00	885,34	0,00	403,57	481,77	885,34
5/2011	1,164,86	1,000000000	1,164,86	0,00	2.544,27	0,00	1,164,86	1.379,41	2.544,27
6/2011	362,64	1,000000000	362,64	0,00	788,55	0,00	362,64	425,91	788,55
7/2011	396,07	1,000000000	396,07	0,00	857,00	0,00	396,07	460,93	857,00
7/2011	633,44	1,000000000	633,44	0,00	1.370,62	0,00	633,44	737,18	1.370,62
			30.394,95	0,00	50.475,73	0,00	30.394,95	20.080,78	50.475,73

Atualização liquidada por MARCOS ANTONIO DANDOLINI na versão 2.13.2 em 06/06/2025 às 17:43:32.

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 30/06/2025 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
9/2006	159,93	1,012038959	161,86	0,00	0,00	161,86	0,00	161,86	0,00	0,00	161,86
10/2006	327,51	1,012038959	331,45	0,00	0,00	331,45	0,00	331,45	0,00	0,00	331,45
11/2006	315,40	1,012038959	319,20	0,00	0,00	319,20	0,00	319,20	0,00	0,00	319,20
12/2006	358,27	1,012038959	362,58	0,00	0,00	362,58	0,00	362,58	0,00	0,00	362,58
12/2006	190,59	1,012038959	192,88	0,00	0,00	192,88	0,00	192,88	0,00	0,00	192,88
1/2007	325,88	1,012038959	329,80	0,00	0,00	329,80	0,00	329,80	0,00	0,00	329,80
2/2007	538,97	1,012038959	545,46	0,00	0,00	545,46	0,00	545,46	0,00	0,00	545,46
3/2007	356,56	1,012038959	360,85	0,00	0,00	360,85	0,00	360,85	0,00	0,00	360,85
4/2007	351,13	1,012038959	355,36	0,00	0,00	355,36	0,00	355,36	0,00	0,00	355,36
5/2007	329,81	1,012038959	333,78	0,00	0,00	333,78	0,00	333,78	0,00	0,00	333,78
6/2007	361,45	1,012038959	365,80	0,00	0,00	365,80	0,00	365,80	0,00	0,00	365,80
7/2007	340,77	1,012038959	344,87	0,00	0,00	344,87	0,00	344,87	0,00	0,00	344,87
8/2007	340,27	1,012038959	344,37	0,00	0,00	344,37	0,00	344,37	0,00	0,00	344,37
9/2007	590,72	1,012038959	597,83	0,00	0,00	597,83	0,00	597,83	0,00	0,00	597,83
10/2007	320,96	1,012038959	324,82	0,00	0,00	324,82	0,00	324,82	0,00	0,00	324,82
11/2007	316,14	1,012038959	319,95	0,00	0,00	319,95	0,00	319,95	0,00	0,00	319,95
12/2007	359,41	1,012038959	363,74	0,00	0,00	363,74	0,00	363,74	0,00	0,00	363,74
12/2007	788,95	1,012038959	798,45	0,00	0,00	798,45	0,00	798,45	0,00	0,00	798,45
1/2008	408,61	1,012038959	413,53	0,00	0,00	413,53	0,00	413,53	0,00	0,00	413,53
2/2008	408,52	1,012038959	413,44	0,00	0,00	413,44	0,00	413,44	0,00	0,00	413,44
3/2008	457,12	1,012038959	462,62	0,00	0,00	462,62	0,00	462,62	0,00	0,00	462,62
4/2008	1.297,45	1,012038959	1.313,07	0,00	0,00	1.313,07	0,00	1.313,07	0,00	0,00	1.313,07
5/2008	407,02	1,012038959	411,92	0,00	0,00	411,92	0,00	411,92	0,00	0,00	411,92
6/2008	430,38	1,012038959	435,56	0,00	0,00	435,56	0,00	435,56	0,00	0,00	435,56
7/2008	429,55	1,012038959	434,72	0,00	0,00	434,72	0,00	434,72	0,00	0,00	434,72
8/2008	469,04	1,012038959	474,69	0,00	0,00	474,69	0,00	474,69	0,00	0,00	474,69
9/2008	428,04	1,012038959	433,19	0,00	0,00	433,19	0,00	433,19	0,00	0,00	433,19
10/2008	426,97	1,012038959	432,11	0,00	0,00	432,11	0,00	432,11	0,00	0,00	432,11
11/2008	499,80	1,012038959	505,82	0,00	0,00	505,82	0,00	505,82	0,00	0,00	505,82
12/2008	410,69	1,012038959	415,63	0,00	0,00	415,63	0,00	415,63	0,00	0,00	415,63
12/2008	1.022,39	1,012038959	1.034,70	0,00	0,00	1.034,70	0,00	1.034,70	0,00	0,00	1.034,70
1/2009	449,69	1,012038959	455,10	0,00	0,00	455,10	0,00	455,10	0,00	0,00	455,10
2/2009	409,75	1,012038959	414,68	0,00	0,00	414,68	0,00	414,68	0,00	0,00	414,68
3/2009	363,36	1,000000000	363,36	536,43	0,00	899,79	0,00	363,36	536,43	0,00	899,79

Atualização liquidada por MARCOS ANTONIO DANDOLINI na versão 2.13.2 em 06/06/2025 às 17:43:32.

4/2009	350,38	1,000000000	350,38	514,57	0,00	864,95	0,00	350,38	514,57	0,00	864,95
5/2009	398,60	1,000000000	398,60	582,35	0,00	980,95	0,00	398,60	582,35	0,00	980,95
6/2009	349,33	1,000000000	349,33	507,61	0,00	856,94	0,00	349,33	507,61	0,00	856,94
7/2009	369,45	1,000000000	369,45	534,30	0,00	903,75	0,00	369,45	534,30	0,00	903,75
8/2009	420,42	1,000000000	420,42	605,11	0,00	1.025,53	0,00	420,42	605,11	0,00	1.025,53
9/2009	346,82	1,000000000	346,82	496,78	0,00	843,60	0,00	346,82	496,78	0,00	843,60
10/2009	407,16	1,000000000	407,16	580,53	0,00	987,69	0,00	407,16	580,53	0,00	987,69
11/2009	371,16	1,000000000	371,16	526,49	0,00	897,65	0,00	371,16	526,49	0,00	897,65
12/2009	371,16	1,000000000	371,16	524,04	0,00	895,20	0,00	371,16	524,04	0,00	895,20
12/2009	918,02	1,000000000	918,02	1.302,21	0,00	2.220,23	0,00	918,02	1.302,21	0,00	2.220,23
1/2010	1.055,78	1,000000000	1.055,78	1.484,43	0,00	2.540,21	0,00	1.055,78	1.484,43	0,00	2.540,21
2/2010	238,32	1,000000000	238,32	333,27	0,00	571,59	0,00	238,32	333,27	0,00	571,59
3/2010	371,16	1,000000000	371,16	516,54	0,00	887,70	0,00	371,16	516,54	0,00	887,70
4/2010	357,90	1,000000000	357,90	495,41	0,00	853,31	0,00	357,90	495,41	0,00	853,31
5/2010	461,79	1,000000000	461,79	635,56	0,00	1.097,35	0,00	461,79	635,56	0,00	1.097,35
6/2010	380,28	1,000000000	380,28	520,11	0,00	900,39	0,00	380,28	520,11	0,00	900,39
7/2010	430,74	1,000000000	430,74	585,29	0,00	1.016,03	0,00	430,74	585,29	0,00	1.016,03
8/2010	1.127,32	1,000000000	1.127,32	1.522,22	0,00	2.649,54	0,00	1.127,32	1.522,22	0,00	2.649,54
9/2010	353,10	1,000000000	353,10	473,93	0,00	827,03	0,00	353,10	473,93	0,00	827,03
10/2010	417,15	1,000000000	417,15	556,52	0,00	973,67	0,00	417,15	556,52	0,00	973,67
11/2010	366,69	1,000000000	366,69	485,79	0,00	852,48	0,00	366,69	485,79	0,00	852,48
12/2010	424,92	1,000000000	424,92	559,28	0,00	984,20	0,00	424,92	559,28	0,00	984,20
12/2010	933,28	1,000000000	933,28	1.236,41	0,00	2.169,69	0,00	933,28	1.236,41	0,00	2.169,69
1/2011	461,79	1,000000000	461,79	603,93	0,00	1.065,72	0,00	461,79	603,93	0,00	1.065,72
2/2011	393,86	1,000000000	393,86	511,47	0,00	905,33	0,00	393,86	511,47	0,00	905,33
3/2011	366,69	1,000000000	366,69	473,10	0,00	839,79	0,00	366,69	473,10	0,00	839,79
4/2011	403,57	1,000000000	403,57	516,69	0,00	920,26	0,00	403,57	516,69	0,00	920,26
5/2011	1.164,86	1,000000000	1.164,86	1.480,19	0,00	2.645,05	0,00	1.164,86	1.480,19	0,00	2.645,05
6/2011	362,64	1,000000000	362,64	457,29	0,00	819,93	0,00	362,64	457,29	0,00	819,93
7/2011	395,07	1,000000000	395,07	495,21	0,00	891,28	0,00	395,07	495,21	0,00	891,28
7/2011	633,44	1,000000000	633,44	791,99	0,00	1.425,43	0,00	633,44	791,99	0,00	1.425,43
				30.571,04	0,00	52.016,09	0,00	30.571,04	21.445,05	0,00	52.016,09

eSocial - Evento S-2501

Contribuição Social

Contribuição Social relativa ao pagamento realizado em 16/09/2024.

(*) a segunda ocorrência de dezembro de cada ano e do mês/ano da rescisão, se houver, refere-se ao 13º Salário.

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
09/2006	44,55	20,0000	8,91	3,0000	1,34	0,0000	0,00	9,00	4,01
10/2006	86,03	20,0000	17,21	3,0000	2,58	0,0000	0,00	11,00	9,46
11/2006	82,95	20,0000	16,59	3,0000	2,49	0,0000	0,00	11,00	9,12
12/2006	94,37	20,0000	18,87	3,0000	2,83	0,0000	0,00	11,00	10,38
12/2006	53,34	20,0000	10,67	3,0000	1,60	0,0000	0,00	9,00	4,80
01/2007	86,03	20,0000	17,21	3,0000	2,58	0,0000	0,00	11,00	9,46
02/2007	142,38	20,0000	28,48	3,0000	4,27	0,0000	0,00	11,00	15,66
03/2007	94,37	20,0000	18,87	3,0000	2,83	0,0000	0,00	11,00	10,38
04/2007	93,05	20,0000	18,61	3,0000	2,79	0,0000	0,00	11,00	10,24
05/2007	87,55	20,0000	17,51	3,0000	2,63	0,0000	0,00	11,00	9,63
06/2007	96,04	20,0000	19,21	3,0000	2,88	0,0000	0,00	11,00	10,56
07/2007	90,68	20,0000	18,14	3,0000	2,72	0,0000	0,00	11,00	9,97
08/2007	90,68	20,0000	18,14	3,0000	2,72	0,0000	0,00	11,00	9,97
09/2007	157,48	20,0000	31,50	3,0000	4,72	0,0000	0,00	11,00	17,32
10/2007	85,66	20,0000	17,13	3,0000	2,57	0,0000	0,00	11,00	9,42
11/2007	84,42	20,0000	16,88	3,0000	2,53	0,0000	0,00	11,00	9,29
12/2007	96,04	20,0000	19,21	3,0000	2,88	0,0000	0,00	11,00	10,56
12/2007	210,82	20,0000	42,16	3,0000	6,32	0,0000	0,00	11,00	23,19
01/2008	109,30	20,0000	21,86	3,0000	3,28	0,0000	0,00	11,00	12,02
02/2008	109,30	20,0000	21,86	3,0000	3,28	0,0000	0,00	11,00	12,02
03/2008	122,35	20,0000	24,47	3,0000	3,67	0,0000	0,00	11,00	13,46
04/2008	393,65	20,0000	78,73	3,0000	11,81	0,0000	0,00	7,02	27,65
05/2008	109,13	20,0000	21,83	3,0000	3,27	0,0000	0,00	11,00	12,00
06/2008	115,52	20,0000	23,10	3,0000	3,47	0,0000	0,00	11,00	12,71
07/2008	115,52	20,0000	23,10	3,0000	3,47	0,0000	0,00	11,00	12,71
08/2008	126,34	20,0000	25,27	3,0000	3,79	0,0000	0,00	11,00	13,90

Atualização liquidada por MARCOS ANTONIO DANDOLINI na versão 2.13.2 em 06/06/2025 às 17:43:32.

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
09/2008	115,52	20,0000	23,10	3,0000	3,47	0,0000	0,00	11,00	12,71
10/2008	115,52	20,0000	23,10	3,0000	3,47	0,0000	0,00	11,00	12,71
11/2008	135,45	20,0000	27,09	3,0000	4,06	0,0000	0,00	11,00	14,90
12/2008	111,54	20,0000	22,31	3,0000	3,35	0,0000	0,00	11,00	12,27
12/2008	284,47	20,0000	56,89	3,0000	8,53	0,0000	0,00	10,19	28,98
01/2009	122,35	20,0000	24,47	3,0000	3,67	0,0000	0,00	11,00	13,46
02/2009	111,54	20,0000	22,31	3,0000	3,35	0,0000	0,00	11,00	12,27
03/2009	111,54	20,0000	22,31	3,0000	3,35	0,0000	0,00	11,00	12,27
04/2009	107,55	20,0000	21,51	3,0000	3,23	0,0000	0,00	11,00	11,83
05/2009	122,35	20,0000	24,47	3,0000	3,67	0,0000	0,00	11,00	13,46
06/2009	113,93	20,0000	22,79	3,0000	3,42	0,0000	0,00	9,00	10,25
07/2009	113,40	20,0000	22,68	3,0000	3,40	0,0000	0,00	11,00	12,47
08/2009	129,05	20,0000	25,81	3,0000	3,87	0,0000	0,00	11,00	14,20
09/2009	106,46	20,0000	21,29	3,0000	3,19	0,0000	0,00	11,00	11,71
10/2009	124,98	20,0000	25,00	3,0000	3,75	0,0000	0,00	11,00	13,75
11/2009	113,93	20,0000	22,79	3,0000	3,42	0,0000	0,00	11,00	12,53
12/2009	113,93	20,0000	22,79	3,0000	3,42	0,0000	0,00	11,00	12,53
12/2009	283,93	20,0000	56,79	3,0000	8,52	0,0000	0,00	10,74	30,50
01/2010	339,96	20,0000	67,99	3,0000	10,20	0,0000	0,00	9,41	31,99
02/2010	77,72	20,0000	15,54	3,0000	2,33	0,0000	0,00	9,00	7,00
03/2010	113,93	20,0000	22,79	3,0000	3,42	0,0000	0,00	11,00	12,53
04/2010	109,86	20,0000	21,97	3,0000	3,30	0,0000	0,00	11,00	12,08
05/2010	141,75	20,0000	28,35	3,0000	4,25	0,0000	0,00	11,00	15,59
06/2010	116,73	20,0000	23,35	3,0000	3,50	0,0000	0,00	11,00	12,84
07/2010	132,22	20,0000	26,44	3,0000	3,97	0,0000	0,00	11,00	14,54
08/2010	383,33	20,0000	76,67	3,0000	11,50	0,0000	0,00	7,69	29,49
09/2010	108,39	20,0000	21,68	3,0000	3,25	0,0000	0,00	11,00	11,92
10/2010	128,05	20,0000	25,61	3,0000	3,84	0,0000	0,00	11,00	14,09
11/2010	112,56	20,0000	22,51	3,0000	3,38	0,0000	0,00	11,00	12,38
12/2010	130,43	20,0000	26,09	3,0000	3,91	0,0000	0,00	11,00	14,35
12/2010	286,47	20,0000	57,29	3,0000	8,59	0,0000	0,00	11,00	31,51
01/2011	141,75	20,0000	28,35	3,0000	4,25	0,0000	0,00	11,00	15,59
02/2011	120,90	20,0000	24,18	3,0000	3,63	0,0000	0,00	11,00	13,30
03/2011	112,56	20,0000	22,51	3,0000	3,38	0,0000	0,00	11,00	12,38
04/2011	123,88	20,0000	24,78	3,0000	3,72	0,0000	0,00	11,00	13,63

Competência	Base Contrib.	% Empresa	Contrib. Empresa	% SAT	Contrib. SAT	% Terceiros	Contrib. Terceiros	% Segurado	Contrib. Segurado
05/2011	392,34	20,0000	78,47	3,0000	11,77	0,0000	0,00	7,99	31,33
06/2011	111,31	20,0000	22,26	3,0000	3,34	0,0000	0,00	11,00	12,24
07/2011	121,57	20,0000	24,31	3,0000	3,65	0,0000	0,00	11,00	13,37
07/2011	194,44	20,0000	38,89	3,0000	5,83	0,0000	0,00	11,00	21,39

Demonstrativo de Imposto de Renda

Imposto de Renda Devido sobre Pagamento Realizado em: 16/09/2024

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 16/09/2006 a 29/07/2011

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
10.080,17	0,00	6,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.080,17	0,00 à 15.362,56	0,00	0,00	0,00
Total Devido													0,00

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 30/06/2025

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 16/09/2008 a 29/07/2011

Nome: **TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA**

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
87.548,32	0,00	58,20	8.875,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.672,95	0,00 à 141.356,16	0,00	0,00	0,00
Total Devido													0,00

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas Judiciais devidas 16/09/2024
Custas pelo Reclamado

ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR

Ocorrência	Saldo Custas	Saldo Juros	Índice	Saldo Custas	Saldo Juros Corrigido	Taxa	Juros do Período	Total de Juros	Total
01/09/2022	4.545,23	0,00	1,030015342	4.681,66	0,00	-	0,00	0,00	4.681,66

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
16/09/2024	4.681,66	0,00	4.681,66	0,00	4.681,66	0,00	4.681,66

Custas Judiciais devidas 30/06/2025
Custas pelo Reclamado

ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR

Ocorrência	Saldo Custas	Saldo Juros	Índice	Saldo Custas	Saldo Juros Corrigido	Taxa	Juros do Período	Total de Juros	Total
16/09/2024	4.545,23	0,00	1,042415655	4.738,02	0,00	-	0,00	0,00	4.738,02

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
30/06/2025	4.738,02	0,00	4.738,02	0,00	4.738,02	0,00	4.738,02



Evento 385

Evento:

LEVANTADA_A_SUSPENSAO_OU_SOBREESTAMENTO_DOS_AUTOS

Data:

30/06/2025 13:48:24

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

385

Evento 386

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

30/06/2025 13:48:48

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

386

Evento 387

Evento:

DESPACHO

Data:

30/06/2025 14:18:51

Usuário:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

387



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarín - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Defiro reserva de R\$ 322.307,34 (trezentos e vinte e dois mil trezentos e sete reais e trinta e quatro centavos) em favor da reclamatória trabalhista nº 0006889-48.2011.5.12.0026, em tramitação perante a 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis.

Sirva cópia deste despacho como ofício ao Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis, em resposta ao ofício do evento 384.

Após, suspendam-se novamente os autos, aguardando-se o resultado da venda direta.

Documento eletrônico assinado por **ANDREIA MOMOLLI**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720013243080v2** e do código CRC **d40e4926**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ANDREIA MOMOLLI

Data e Hora: 30/06/2025, às 14:18:50

5005611-66.2016.4.04.7200

720013243080 .V2

Evento 388

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO

Data:

30/06/2025 16:30:37

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

388

Justiça Federal da 4ª Região

Informações do Email Enviado

30/06/2025 16:30:36

De: rssan03@jfrs.jus.br

Para: 3vara_fns@trt12.jus.br

Assunto: JFSC - 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03) - Processo 5005611-66.2016.4.04.7200

Encaminha Despacho/Ofício para instrução do processo nº 0006889-48.2011.5.12.0026.

[Email enviado pelo sistema eprocSC da Justiça Federal da 4ª Região]

Anexos

50056116620164047200-Evento 387-DESPADEC1.pdf
50056116620164047200-Evento 384-DESPDECOFIC1.pdf

Evento 389

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL

Data:

30/06/2025 16:31:16

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

389

Evento 390

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO_____5022453_09_2025_4_04_72

Data:

18/07/2025 18:15:28

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

390

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:

DESPACHO/DECISÃO

Evento:

DESPACHO

Data:

17/07/2025 13:56:56

Usuário.:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO.

Processo:

5022453-09.2025.4.04.7200

Sequência Evento:

23



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarim - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5022453-09.2025.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

1. Compulsando os autos, verifico que o presente feito se encontra em fase compatível para tramitação conjunta com o executivo nº **5005611-66.2016.4.04.7200**.

Diante disso, atento aos princípios da economia e da celeridade processual, tenho por salutar tomar as medidas que seguem:

(a) com base no artigo 28, parágrafo único, da Lei n.º 6.830/80 e na Súmula 515 do STJ, **determino** que a presente Execução Fiscal seja apensada ao executivo **5005611-66.2016.4.04.7200 (principal)**, sendo que todos os atos processuais nele verificados serão aproveitados ao(s) apenso(s).

Acaso os juízos sejam diversos, redistribuem-se os autos por dependência ao processo principal, anotando-se as procurações eventualmente lá apresentadas.

Por oportuno, *ressalto que os processos que já estejam apensados a ao presente feito deverão, inclusive, seguir o processo* **5005611-66.2016.4.04.7200**

e-se cópia desta decisão aos autos do(s) processo(s) **5005611-66.2016.4.04.7200**.

2. Intime-se acerca desta decisão.

Preclusa, cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **ANDREIA MOMOLLI**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720013325991v2** e do código CRC **aadd81d4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDREIA MOMOLLI
Data e Hora: 17/07/2025, às 13:56:56

5022453-09.2025.4.04.7200

720013325991 .V2

Evento 391

Evento:

LEVANTADA_A_SUSPENSAO_OU_SOBRESTAMENTO_DOS_AUTOS

Data:

18/07/2025 18:15:51

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

391

Evento 392

Evento:

APENSAMENTO___APENSADO_S__O_S__PROCESSO_S__50224530920254047200__

Data:

18/07/2025 18:16:05

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

392

Evento 393

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL

Data:

18/07/2025 18:16:37

Usuário:

CMM74 - CARLA MARIA MADUREIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

393

Evento 394

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA____JULGADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__5

Data:

22/08/2025 16:18:49

Usuário:

MCD00 - MARIA CECÍLIA DRESCH DA SILVEIRA - SERVIDOR DE SECRETARIA (TRF4)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

394

Evento 395

Evento:

LEVANTADA_A_SUSPENSAO_OU_SOBREESTAMENTO_DOS_AUTOS

Data:

20/09/2025 03:00:13

Usuário:

SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

395

Evento 396

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO

Data:

22/09/2025 15:33:59

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

396



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarín - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) MM(a). Juiz(a) Federal na Titularidade Plena da da 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03), a Secretaria da da 14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03) intima o(a) leiloeiro(a) para que informe sobre o resultado da tentativa de venda direta, no prazo de 15 (quinze) dias.

Documento eletrônico assinado por **CARLOS AUGUSTO TOMM, Servidor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720013635215v2** e do código CRC **16ffe697**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CARLOS AUGUSTO TOMM

Data e Hora: 22/09/2025, às 15:33:59

5005611-66.2016.4.04.7200

720013635215 .V2

Evento 397

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

22/09/2025 15:34:00

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

397

Perito:

GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI

Prazo:

10 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

03/10/2025 00:00:00

Data Final:

16/10/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI

Evento 398

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__397

Data:

02/10/2025 23:59:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

398

Evento 399

Evento:

COMUNICACOES___REFER___AO_EVENTO___397

Data:

15/10/2025 16:36:38

Usuário:

PERSC000281 - GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI - PERITO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

399



MAZZOLLI
LEILÕES

Gabriel Mazzolli Damiani

Leiloeiro Público Oficial AARC/281

JUÍZO DA 14ª UNIDADE DE APOIO EM EXECUÇÃO FISCAL (RSSAN03)

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200

Eu, **Gabriel Mazzolli Damiani**, venho, respeitosamente perante Vossa Excelência, haja vista o término do prazo para realização de venda direta do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do processo cujo número segue em epígrafe, informar que, apesar de todo esforço despendido para tentar viabilizar a venda, com ampla divulgação e alcance (mais de 5.500 visitas ao site), não houve interessados.

Fico à disposição para nova tentativa de venda direta e/ou leilão.

Peço deferimento.

Respeitosamente,

Gabriel Mazzolli Damiani
Leiloeiro Público Oficial
AARC/281



Gabriel Mazzolli Damiani
Leiloeiro Oficial AARC-281

DIÁRIO DE LEILÃO COM LANCES OFERTADOS

Pag. 1/3

Aos vinte quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco às 11:00 horas, por força do leilão público do(a) 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03), www.mazzollileiloes.com.br, Processo: 5005611-66.2016.4.04.7200/SC, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) foi(ram) arrematado(s) na seguinte forma:

Lote	Descrição dos Bens em Leilão	Valor Inicial	Valor Vendido	Comissão	Dados do Arrematante
------	------------------------------	---------------	---------------	----------	----------------------



MAZZOLLI
LEILÕES

Gabriel Mazzolli Damiani

Leiloeiro Oficial AARC-281

DIÁRIO DE LEILÃO COM LANCES OFERTADOS

Pag. 2/3

Aos vinte quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco às 11:00 horas, por força do leilão público do(a) 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03), www.mazzollileiloes.com.br, Processo: 5005611-66.2016.4.04.7200/SC, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) foi(ram) arrematado(s) na seguinte forma:

Lote	Descrição dos Bens em Leilão	Valor Inicial	Valor Vendido	Comissão	Dados do Arrematante
18 Ofertas(0) Visitas(5582)	Bem(ns): 01 (um) terreno de forma irregular designado por "área A2" do desmembramento 02/12 com área de 22.759,10m², situado a 122,00m da esquina da Rua Vera Linhares de Andrade, Córrego Grande, 4º subdistrito da Trindade, Florianópolis/SC, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao oeste, medindo 36,00m, com a Rua Maestro Aldo Krieger, fundos ao Leste, numa linha quebrada em três lances: o primeiro medindo 33,57m, confrontando com a Curia Metropolitana, o segundo medindo 33,00m, e o terceiro medindo 28,65m, ambos confrontando com Lourival Baschiroto, lateral esquerda, ao Sul medindo 441,00m, confrontando com Associação Coral de Florianópolis, laterais direita, ao norte, numa linha quebrada em seis lances: o primeiro medindo 102,00m, o segundo medindo 71,30m, ambos confrontando com área A1 de Álamo Construtora e Incorporadora Ltda, o terceiro medindo 9,18m, confrontando com Aldo Ernesto Rodrigues, o quarto medindo 185,67m, confrontando com Espólio de Telmo Vieira Ribeiro, o quinto medindo 138,14m, confrontando com Michel Éden, e o sexto medindo 49,00m, confrontando com Curia Metropolitana, matriculado sob o n. 135.463 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC. Inscrição Imobiliária sob o n. 53.37.068.1146.001-236. Ônus: (R-3) penhora oriunda do processo de n. 5000185-73.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-4) penhora oriunda do processo de n. 5007393-11.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-5) penhora oriunda do processo de n. 5005611-66.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis (R-6) penhora oriunda do processo de n. 5003981-38.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-7) penhora oriunda do processo de n. 5003502-45.2017.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (R-8) penhora oriunda do processo de n. 5018093-75.2018.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-9) penhora oriunda do processo de n. 0903805-91.2018.8.24.0023, em trâmite na Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-10) penhora oriunda do processo de n. 5025418-04.2018.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis; (AV-11) penhora oriunda do processo de n. 0006889-48.22011.5.12.0026, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho da Comarca de Florianópolis/SC; (AV-12) penhora oriunda do processo de n. 5000185-73.2016.4.04.7200, em trâmite na 9ª Vara Federal de Florianópolis.	2.850.577,27	Aberto	0,00	
	Localização do bem: Rua Vera Linhares de Andrade, 101, Sala 907, Trindade - Florianópolis/SC - CEP: 88086-570				



Gabriel Mazzolli Damiani
Leiloeiro Oficial AARC-281

DIÁRIO DE LEILÃO COM LANCES OFERTADOS

Pag. 3/3

Aos vinte quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco às 11:00 horas, por força do leilão público do(a) 14ª Unidade de Apoio Em Execução Fiscal (RSSAN03), www.mazzollileiloes.com.br, Processo: 5005611-66.2016.4.04.7200/SC, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) foi(ram) arrematado(s) na seguinte forma:

Lote	Descrição dos Bens em Leilão				Valor Inicial	Valor Vendido	Comissão	Dados do Arrematante
Lotes:	1	Disponíveis	1	Vendidos	0	2.850.577,27	0,00	0,00

Evento 400

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

20/10/2025 13:18:20

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

400

Exequente:

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Prazo:

30 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

03/11/2025 00:00:00

Data Final:

16/12/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

MÔNICA FRANKE DA SILVA

Suspensões e Feriados:

DIA DO SERVIDOR PÚBLICO: 31/10/2025

Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra: 20/11/2025

DIA DA JUSTIÇA: 08/12/2025

Evento 401

Evento:

COMUNICACOES

Data:

21/10/2025 10:17:52

Usuário:

03566231000155 - UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - SISTEMA DE PROCURADORIA EXTERNO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

401



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5005611-66.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 4

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13
Nº Inscrição:	91 6 15 009226-56
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	27/11/2015
Data Primeira Cobrança:	020151207
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 323.624,54 (UFIR 304.129,78)
Valor Consolidado:	R\$ 711.210,30
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13
Nº Inscrição:	91 7 15 002516-78
Receita:	0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição:	27/11/2015
Data Primeira Cobrança:	020151207
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 68.905,61 (UFIR 64.754,79)
Valor Consolidado:	R\$ 151.408,54
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Nº Inscrição: 91 6 15 009225-75
Receita: 1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição: 27/11/2015
Data Primeira Cobrança: 020151207
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 162.746,34 (UFIR 152.942,69)
Valor Consolidado: R\$ 358.304,55
Inscrições Derivadas:

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor: PRINCIPAL
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 11516 721223/2015-13
Nº Inscrição: 91 2 15 001642-64
Receita: 3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição: 27/11/2015
Data Primeira Cobrança: 020151207
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 297.792,54 (UFIR 279.853,88)
Valor Consolidado: R\$ 655.756,11
Inscrições Derivadas:

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito: R\$ 853.069,03
Total Consolidado: R\$ 1.876.679,50

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5003981-38.2017.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721252/2016-58
Nº Inscrição:	91 6 16 009097-40
Receita:	1772 / DIV.ATIVA-RET CONT PG PJ D PRI
Data Inscrição:	27/05/2016
Data Primeira Cobrança:	020160609
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5003981-38.2017.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 11.267,93 (UFIR 10.589,10)
Valor Consolidado:	R\$ 23.531,90
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721252/2016-58
Nº Inscrição:	91 2 16 002945-85
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	27/05/2016
Data Primeira Cobrança:	020160609
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5003981-38.2017.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 39.908,49 (UFIR 37.504,35)
Valor Consolidado:	R\$ 81.863,79
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 51.176,42
Total Consolidado:	R\$ 105.395,69

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5000185-73.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 8

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	11.023.038-8
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	29/11/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida:	09/2014 a 01/2015
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 139.078,57
Valor Total:	R\$ 366.914,15
Nº Judicial:	5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo:	06/01/2016

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	11.023.039-6
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	29/11/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida:	09/2014 a 01/2015
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 453.578,84
Valor Total:	R\$ 1.196.629,54
Nº Judicial:	5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo:	06/01/2016

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	12.368.278-9
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	05/12/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Período da Dívida: 04/2015 a 06/2015
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 67.494,15
Valor Total: R\$ 173.182,07
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 12.368.279-7
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 05/12/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 04/2015 a 06/2015
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 219.638,01
Valor Total: R\$ 563.583,70
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.980.426-7
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 29/11/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 02/2014 a 02/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 18.637,97
Valor Total: R\$ 50.926,38
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.980.427-5
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 14/12/2015



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 02/2014 a 02/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 84.957,03
Valor Total: R\$ 232.136,60
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 47.005.821-8
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 29/11/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 03/2014 a 08/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 87.249,12
Valor Total: R\$ 233.853,34
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 47.005.822-6
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 14/12/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 03/2014 a 08/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 503.546,23
Valor Total: R\$ 1.355.886,36
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total: R\$ 4.173.112,14



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5003502-45.2017.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	13.381.845-4
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	04/02/2017
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	02/2016 a 08/2016
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 112.383,65
Valor Total:	R\$ 270.524,27
Nº Judicial:	5003502-45.2017.4.04.7200
Data de Protocolo:	02/03/2017

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	13.381.846-2
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	04/02/2017
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	02/2016 a 08/2016
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 361.196,85
Valor Total:	R\$ 869.630,05
Nº Judicial:	5003502-45.2017.4.04.7200
Data de Protocolo:	02/03/2017

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total:	R\$ 1.140.154,32
---------------------	------------------

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5007393-11.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 4

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18
Nº Inscrição:	91 6 15 008900-02
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	23/10/2015
Data Primeira Cobrança:	020151107
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 868.464,16 (UFIR 816.148,96)
Valor Consolidado:	R\$ 1.958.053,88
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18
Nº Inscrição:	91 2 15 001502-04
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	23/10/2015
Data Primeira Cobrança:	020151107
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 608.353,25 (UFIR 571.706,84)
Valor Consolidado:	R\$ 1.374.430,38
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Nº Inscrição: 91 7 15 002315-61
Receita: 0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição: 23/10/2015
Data Primeira Cobrança: 020151107
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 188.167,23 (UFIR 176.832,26)
Valor Consolidado: R\$ 424.245,00
Inscrições Derivadas:

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor: PRINCIPAL
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 11516 723085/2014-18
Nº Inscrição: 91 6 15 008899-34
Receita: 1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição: 23/10/2015
Data Primeira Cobrança: 020151107
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 335.269,04 (UFIR 315.072,84)
Valor Consolidado: R\$ 757.464,58
Inscrições Derivadas:

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito: R\$ 2.000.253,68
Total Consolidado: R\$ 4.514.193,84

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5025418-04.2018.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 5

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	14.060.564-9
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	10/03/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	09/2016 a 03/2017
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 98.792,31
Valor Total:	R\$ 229.438,58
Nº Judicial:	5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo:	29/11/2018

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	14.060.565-7
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	10/03/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	09/2016 a 03/2017
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 311.189,47
Valor Total:	R\$ 722.697,78
Nº Judicial:	5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo:	29/11/2018

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	15.282.066-3
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	20/10/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Período da Dívida: 04/2017 a 04/2018
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 8.732,79
Valor Total: R\$ 19.368,67
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 15.282.067-1
Situação: AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 20/10/2018
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 04/2017 a 04/2018
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 19.822,37
Valor Total: R\$ 43.958,22
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.741.725-8
Situação: AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 10/03/2018
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 12/2010 a 01/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 143.975,22
Valor Total: R\$ 397.561,68
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total: R\$ 1.413.024,93

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5012264-89.2013.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 1

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10983 500366/2010-00
Nº Inscrição:	91 6 10 001958-01
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	10/06/2010
Data Primeira Cobrança:	000000000
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5012264-89.2013.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 208.292,23 (UFIR 195.744,95)
Valor Consolidado:	R\$ 163.149,12
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 208.292,23
Total Consolidado:	R\$ 163.149,12

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5022453-09.2025.4.04.7200
Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10136 290673/2021-01
Nº Inscrição:	91 2 21 007833-30
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	07/06/2021
Data Primeira Cobrança:	020210817
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5022453-09.2025.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 12.466,71 (UFIR 11.715,73)
Valor Consolidado:	R\$ 21.446,48
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10136 290674/2021-47
Nº Inscrição:	91 6 21 016504-21
Receita:	1772 / DIV.ATIVA-RET CONT PG PJ D PRI
Data Inscrição:	07/06/2021
Data Primeira Cobrança:	020210817
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5022453-09.2025.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 38.749,11 (UFIR 36.414,91)
Valor Consolidado:	R\$ 66.660,09
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 51.215,82
Total Consolidado:	R\$ 88.106,57

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Somatório das Inscrições do Processo Principal e Apensos (Art.28 LEF)

Valor Total Consolidado: R\$ 13.473.816,11

Evento 402

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA____DECISAO_PROFERIDA_EM__AGRAVO_DE_INSTRUMENT

Data:

21/10/2025 15:01:31

Usuário:

JVM00 - JOSÉ VALDIRAN DE MELO - SERVIDOR DE SECRETARIA (TRF4)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

402

Evento 403

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___400___CIENCIA_TACITA

Data:

30/10/2025 23:59:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

403

Evento 404

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___400

Data:

17/11/2025 14:01:05

Usuário:

P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

404



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 14ª UNIDADE DE APOIO EM EXECUÇÃO FISCAL

Execução fiscal n. 5005611-66.2016.4.04.7200

Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL

Executado: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTFA.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, informar que o executado é devedor principal de dezenas de inscrições não previdenciárias no valor de R\$ 13.473.816,11, atualizado até 21/10/2025 e plenamente exigíveis (ev. 401). Ademais, declara não ter interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).

Assim, a exequente requer, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) de matrícula(s) nº 135.463, do 2º CRI de Florianópolis – SC, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei¹. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), <u>salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação.</u> O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

¹ comprei.pgfn.gov.br



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). <u>O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.</u> Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Causa originária de aquisição de propriedade	<u>A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)</u>
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.
----------------------------------	---

Em sendo deferido, requer-se a intimação dos executados e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.

Termos em que pede deferimento,

Data informada pelo sistema.

ANDRÉ GARCIA BARBOSA
Procurador da Fazenda Nacional
DIAFI - SC

Evento 405

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

18/11/2025 14:24:50

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

405

Evento 406

Evento:

DESPACHO

Data:

18/11/2025 16:10:10

Usuário:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

406



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarim - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de execução fiscal na qual a parte exequente apresentou petição requerendo autorização para alienação do bem penhorado, **matrícula n. 135.463 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC**, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, pelo sistema COMPREI.

O COMPREI é uma plataforma de negócios da União gerida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cuja criação ocorreu com a publicação da Portaria PGFN nº 3.050/2022. Seu objetivo é oferecer à venda bens dados à União em acordo ou penhorados em processos judiciais, na forma das Leis nº 6.830, de 1980 (Lei de Execuções Fiscais) e 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil). A divulgação da oferta do bem no COMPREI ocorre no site comprei.pgfn.gov.br.

Nos anúncios realizados no referido site deverão constar a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Como não houve interesse da parte exequente na adjudicação do bem penhorado (art. 881 do CPC), **determino a realização da venda direta por iniciativa particular através do sistema COMPREI**, nos termos do art. 880 do CPC c/c art. 3º, inc. I da Portaria PGFN nº 3.050/2022, **do imóvel matriculado sob o n. 135.463 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC**.

Caberá à PGFN intimar o executado, bem como cientificar da venda por iniciativa particular, com antecedência, todos os terceiros mencionados no CPC, art. 889, incisos II a VIII, bem como o cônjuge, em se tratando de parte executada casada.

Para a realização da venda direta pelo COMPREI, fixo as seguintes condições:

1. No leilão, será observado o que dispõe o art. 891 e seu parágrafo único, da Lei 13.105/15 (NCPC), ou seja, não será aceito lance que ofereça preço vil, entendido este como o preço mínimo para a arrematação estipulado pelo Juízo e constante do edital.

2. No caso de bens imóveis, eventual proposta de arrematação deverá observar o disposto no art. 843 do Código de Processo Civil:

*Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge **alheio à execução** recairá sobre o produto da alienação do bem.*

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.

O valor do cônjuge/coproprietário alheio à execução deverá ser pago à vista.

Além disso, recaindo a alienação sobre bem indivisível com reserva de quotas-parte de 50% (meação de cônjuge ou quotas de coproprietários alheios à execução), (art. 843, §§1º e 2º, CPC), **considerar-se-á como preço não vil aquele equivalente a 70% do valor da avaliação**, objetivando garantir um patamar mínimo de utilidade da alienação à quitação do crédito exequendo.

3. REGRAS ESPECÍFICAS PARA BENS IMÓVEIS

O lance mínimo deverá ser de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891 do CPC).

Considerando-se que a expropriação judicial por meio do sistema Comprei é forma de aquisição originária da propriedade, os imóveis serão arrematados livres de débitos tributários (que se sub-rogam no preço) e de ônus que eventualmente gravem as respectivas matrículas, cujo levantamento será providenciado por este Juízo.

Somente após a confirmação do pagamento da compra, da comissão de corretagem e do ITBI é que as minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo PGFN e apresentadas a este Juízo.

A carta de arrematação determinará o cancelamento da penhora realizada por este Juízo, bem como de quaisquer outros ônus registrados ou averbados na matrícula do imóvel.

Em caso de pagamento parcelado do lance, na matrícula do imóvel será averbada hipoteca em favor da parte exequente, a ser mantida até comprovação da integralização do lance. O arrematante tomará a posição de devedor da União - Fazenda Nacional, servindo o próprio bem arrematado como garantia do débito.

a) Do parcelamento nas execuções fiscais:

O parcelamento dos valores correspondentes à arrematação de bem em leilão nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dar-se-á conforme a Portaria PGFN n.º 1026, de 20 de junho de 2024.

Art. 1º. Esta Portaria disciplina o parcelamento do valor correspondente à alienação judicial de bem em execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

*§ 1º A alienação judicial é aquela realizada por iniciativa particular ou em leilão judicial eletrônico ou presencial, nos termos do art. 879 da **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil** e da regulamentação da PGFN.*

§ 2º As disposições constantes desta Portaria:

*I - não se aplicam à alienação judicial decorrente de execução fiscal da dívida ativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e de contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º da **Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001**;*

*II - não impedem a aplicação do art. 895 do **Código de Processo Civil**; e*

*III - não se aplicam à alienação de ativos através do programa Comprei, nos termos da **Portaria PGFN nº 3.050, de 6 de abril de 2022**.*

Art. 2º. O valor correspondente ao bem alienado judicialmente poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações, sendo a primeira, referente à entrada, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total a ser parcelado.

Parágrafo único. É vedada a concessão de parcelamento de alienação judicial:

I - de bem com valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - de bem móvel, exceto embarcações e aeronaves;

III - do montante que supere o valor da dívida ativa exequenda, quando não observada a condição estabelecida no art. 4º, § 2º, desta Portaria;

IV - caso existente penhora ou habilitação de crédito realizada por credor preferencial;

V - no caso de concurso entre Fazendas Públicas; e

VI - para adquirente/arrematante, inclusive para aquele que se utiliza de interposta pessoa, que:

a) não detenha regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

b) não detenha certificado de regularidade com o FGTS;

c) esteja em recuperação judicial ou falido;

d) esteja com situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ suspensa, inapta, baixada ou nula;

e) esteja com insolvência civil decretada;

f) esteja com situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF pendente de regularização, suspensa, cancelada por multiplicidade, titular falecido ou nula;

g) tenha em seu desfavor a rescisão de pelo menos 3 (três) parcelamentos, nos termos desta Portaria ou das **Portaria PGFN nº 79, de 3 de fevereiro de 2014**, e Portaria PGFN nº 262, de 11 de junho de 2002; ou

h) tenha praticado ou participado de ato doloso que resulte no desfazimento da alienação judicial devidamente comunicado à autoridade policial ou ao Ministério Público Federal (art. 358 do **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal**).

Art. 3º. As disposições da presente Portaria deverão constar no edital do leilão como condição de concessão do parcelamento.

A primeira prestação deverá ser paga no ato da arrematação e as demais serão corrigidas, na ocasião de cada pagamento, por juros equivalentes à SELIC acumulada mensalmente da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, acrescidas de 1% relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Uma vez realizada a arrematação parcelada e expedida a carta de arrematação, o valor total obtido será abatido do montante da dívida e, se suficiente para sua quitação, a execução fiscal será extinta. Caso insuficiente o valor, a execução prosseguirá pelo saldo remanescente.

O atraso no pagamento de qualquer prestação ocasionará a rescisão do parcelamento e vencimento antecipado do saldo devedor, que será acrescido de multa de mora equivalente a 50%, conforme dispõe o conforme §6º do art. 98 da Lei nº 8.212/91.

A administração e o controle do parcelamento deverão ser realizados pela unidade da PGFN responsável pela execução fiscal.

Após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será a mesma levada pelo arrematante ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para averbação da hipoteca em favor da União.

Esse parcelamento não se aplica às execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Tratando-se de penhora de fração ideal ou de bem sujeito a meação ou copropriedade, a venda atingirá a integralidade do bem, sendo reservado do produto do lance o valor correspondente à cota de copropriedade.

4. REGRAS ESPECÍFICAS PARA BENS MÓVEIS

Em qualquer venda judicial não poderá ser aceito lance inferior aos seguintes limites mínimos, com base no art. 891 do CPC:

a) Veículos automotores em geral: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação;

b) Outros bens móveis: 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação.

O pagamento será feito mediante caução de 20% (vinte por cento) do lance vencedor, por meio de documento de arrecadação de receitas federais (DARF) a ser comprovado no prazo de até dois dias úteis, e um outro pagamento pelo mesmo meio (DARF) do restante em até cinco dias úteis. Não paga nesse prazo a integralidade do lance, será perdida a caução em favor da parte exequente (art. 897 do CPC), como indenização pelo retardamento da venda, que deverá ser refeita. Caberá à PGFN controlar a integralização do pagamento.

Em se tratando de veículos, o(a) arrematante receberá os bens livres de penhoras, multas, taxas de licenciamento e IPVA atrasados.

Somente após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem é que as minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pela PGFN e apresentadas a este juízo.

5. - REGISTRO DE IMÓVEIS. DESPESAS DE CANCELAMENTO DE PENHORAS E DEMAIS ÔNUS.

Nos termos do artigo 320-G do Provimento Nº 188 de 04/12/2024 do Conselho Nacional de Justiça, "*No caso de arrematação, alienação ou adjudicação, a autoridade judicial que determinou tais medidas deverá, expressamente, prever o cancelamento das demais constrições oriundas de outros processos, arcando o interessado com os emolumentos devidos*", cabendo, portanto, **ao arrematante** o pagamento tanto do cancelamento das demais constrições oriundas de outros processos quanto do registro da carta de arrematação.

6. Não caberão embargos à arrematação. Nos termos do artigo 903 da Lei 13.105/15, qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o parágrafo 4º do artigo 903, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos e somente poderá ser invalidada, considerada ineficaz ou resolvida nos termos dos incisos I, II e III do artigo 903 anteriormente referido.

O arrematante **poderá desistir da arrematação** nos casos dos incisos I, II e III do parágrafo 5º do artigo 903 da Lei 13.105/15 (NCPC).

7. DOS DÉBITOS RELATIVOS AO IPTU

Dispõe o artigo 34 do Código Tributário Nacional (CTN) acerca do sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Portanto, trata-se de sujeição passiva tributária na qual a posse considerada não é qualquer posse, **mas, sim, a da pessoa que já é** ou pode ser proprietária da coisa, uma vez que, a teor do art. 110 do CTN:

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Ocorre que a transferência da propriedade para o arrematante somente se dá a partir do registro da carta de arrematação.

Os débitos anteriores, referentes ao IPTU, devem observar os termos do parágrafo único do artigo 130 do CTN:

*Art. 130. **Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.***

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Essa sub-rogação é efeito automático da arrematação no plano processual: **arrematado o bem, ele deixa de ser objeto da execução, que passa a ser o preço.**

Assim, os entes Municipais deverão apresentar demonstrativo de débitos de IPTU referentes ao imóvel arrematado, a fim de que sejam pagos, nesta execução fiscal, em havendo recursos suficientes, após já satisfeito o crédito objeto de execução fiscal.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas poderão oferecer lance, devendo a leiloeira observar as restrições dos incisos do art. 890 do CPC.

Concretizada a alienação, será lavrado auto e/ou carta, onde constará que, havendo

crédito tributário relativo a alguma hipótese descrita no artigo 130 do Código Tributário Nacional, o proponente adquire a propriedade definitiva dos bens, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, multas, tributos e de outros encargos, em conformidade com o parágrafo único da referida norma.

Intimem-se.

Após, suspendam-se os autos por 360 (trezentos e sessenta) dias

Documento eletrônico assinado por **ANDREIA MOMOLLI, Juíza Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://verificar.trf4.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **720013928086v2** e do código CRC **116071c9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANDREIA MOMOLLI
Data e Hora: 18/11/2025, às 16:10:10

5005611-66.2016.4.04.7200

720013928086 .V2

Evento 407

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
18/11/2025 16:10:11

Usuário:
MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:
5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:
407

Executado:
ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
24/11/2025 00:00:00

Data Final:
28/11/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
MAURICIO NATAL SPILERE

Evento 408

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
18/11/2025 16:10:11

Usuário:
MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:
5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:
408

Perito:
GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
03/12/2025 00:00:00

Data Final:
10/12/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI

Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 01/12/2025 a 01/12/2025
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 02/12/2025 a 02/12/2025
DIA DA JUSTIÇA: 08/12/2025

Evento 409

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

18/11/2025 16:10:11

Usuário:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

409

Interessado:

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

25/11/2025 00:00:00

Data Final:

01/12/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

RICARDO FRETTE FLORES, AUGUSTO PORTO DE MOURA, GABRIELA FERRAZ VIEIRA

Evento 410

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
18/11/2025 16:10:12

Usuário:
MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:
5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:
410

Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
02/12/2025 00:00:00

Data Final:
09/12/2025 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
ANDRE GARCIA BARBOSA

Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 01/12/2025 a 01/12/2025
DIA DA JUSTIÇA: 08/12/2025

Evento 411

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DJEN___NO_DIA_19_11_2025___REFER__AO_EVENTO__407

Data:

19/11/2025 02:04:45

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

411

Evento 412

Evento:

COMUNICACOES

Data:

19/11/2025 10:28:03

Usuário:

03566231000155 - UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - SISTEMA DE PROCURADORIA EXTERNO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

412



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5005611-66.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 4

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13
Nº Inscrição:	91 6 15 009226-56
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	27/11/2015
Data Primeira Cobrança:	020151207
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 323.624,54 (UFIR 304.129,78)
Valor Consolidado:	R\$ 715.352,70
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13
Nº Inscrição:	91 2 15 001642-64
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	27/11/2015
Data Primeira Cobrança:	020151207
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 297.792,54 (UFIR 279.853,88)
Valor Consolidado:	R\$ 659.567,85
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721223/2015-13



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Nº Inscrição: 91 6 15 009225-75
Receita: 1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição: 27/11/2015
Data Primeira Cobrança: 020151207
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 162.746,34 (UFIR 152.942,69)
Valor Consolidado: R\$ 360.387,70
Inscrições Derivadas:

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor: PRINCIPAL
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 11516 721223/2015-13
Nº Inscrição: 91 7 15 002516-78
Receita: 0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição: 27/11/2015
Data Primeira Cobrança: 020151207
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5005611-66.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 68.905,61 (UFIR 64.754,79)
Valor Consolidado: R\$ 152.290,53
Inscrições Derivadas:

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito: R\$ 853.069,03
Total Consolidado: R\$ 1.887.598,78

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5003981-38.2017.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721252/2016-58
Nº Inscrição:	91 6 16 009097-40
Receita:	1772 / DIV.ATIVA-RET CONT PG PJ D PRI
Data Inscrição:	27/05/2016
Data Primeira Cobrança:	020160609
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5003981-38.2017.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 11.267,93 (UFIR 10.589,10)
Valor Consolidado:	R\$ 23.673,82
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 721252/2016-58
Nº Inscrição:	91 2 16 002945-85
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	27/05/2016
Data Primeira Cobrança:	020160609
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5003981-38.2017.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 39.908,49 (UFIR 37.504,35)
Valor Consolidado:	R\$ 82.366,46
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 51.176,42
Total Consolidado:	R\$ 106.040,28

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5000185-73.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 8

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	11.023.038-8
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	29/11/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida:	09/2014 a 01/2015
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 139.078,57
Valor Total:	R\$ 369.050,38
Nº Judicial:	5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo:	06/01/2016

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	11.023.039-6
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	29/11/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida:	09/2014 a 01/2015
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 453.578,84
Valor Total:	R\$ 1.203.596,47
Nº Judicial:	5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo:	06/01/2016

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	12.368.278-9
Situação:	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	05/12/2015
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Período da Dívida: 04/2015 a 06/2015
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 67.494,15
Valor Total: R\$ 174.218,74
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 12.368.279-7
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 05/12/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 04/2015 a 06/2015
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 219.638,01
Valor Total: R\$ 566.957,46
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.980.426-7
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 29/11/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 02/2014 a 02/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 18.637,97
Valor Total: R\$ 51.212,68
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.980.427-5
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 14/12/2015



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 02/2014 a 02/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 84.957,03
Valor Total: R\$ 233.441,53
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 47.005.821-8
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 29/11/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 03/2014 a 08/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 87.249,12
Valor Total: R\$ 235.193,46
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 47.005.822-6
Situação: PENHORA REGULAR E SUFICIENTE - 632
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 14/12/2015
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 03/2014 a 08/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 503.546,23
Valor Total: R\$ 1.363.620,83
Nº Judicial: 5000185-73.2016.4.04.7200
Data de Protocolo: 06/01/2016

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total: R\$ 4.197.291,55



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5003502-45.2017.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	13.381.845-4
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	04/02/2017
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	02/2016 a 08/2016
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 112.383,65
Valor Total:	R\$ 272.250,48
Nº Judicial:	5003502-45.2017.4.04.7200
Data de Protocolo:	02/03/2017

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	13.381.846-2
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	04/02/2017
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	02/2016 a 08/2016
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 361.196,85
Valor Total:	R\$ 875.177,99
Nº Judicial:	5003502-45.2017.4.04.7200
Data de Protocolo:	02/03/2017

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total:	R\$ 1.147.428,47
---------------------	------------------

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5007393-11.2016.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 4

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18
Nº Inscrição:	91 2 15 001502-04
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	23/10/2015
Data Primeira Cobrança:	020151107
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 608.353,25 (UFIR 571.706,84)
Valor Consolidado:	R\$ 1.382.217,30
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18
Nº Inscrição:	91 7 15 002315-61
Receita:	0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição:	23/10/2015
Data Primeira Cobrança:	020151107
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 188.167,23 (UFIR 176.832,26)
Valor Consolidado:	R\$ 426.653,53
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	11516 723085/2014-18



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Nº Inscrição: 91 6 15 008899-34
Receita: 1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição: 23/10/2015
Data Primeira Cobrança: 020151107
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 335.269,04 (UFIR 315.072,84)
Valor Consolidado: R\$ 761.756,02
Inscrições Derivadas:

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor: PRINCIPAL
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 11516 723085/2014-18
Nº Inscrição: 91 6 15 008900-02
Receita: 4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição: 23/10/2015
Data Primeira Cobrança: 020151107
Cadastro Nacional de Obras:
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 5007393-11.2016.4.04.7200
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIAO
Valor Inscrito: R\$ 868.464,16 (UFIR 816.148,96)
Valor Consolidado: R\$ 1.969.170,22
Inscrições Derivadas:

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito: R\$ 2.000.253,68
Total Consolidado: R\$ 4.539.797,07

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5025418-04.2018.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 5

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	14.060.564-9
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	10/03/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	09/2016 a 03/2017
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 98.792,31
Valor Total:	R\$ 230.956,00
Nº Judicial:	5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo:	29/11/2018

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	14.060.565-7
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	10/03/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida:	09/2016 a 03/2017
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R\$ 311.189,47
Valor Total:	R\$ 727.477,78
Nº Judicial:	5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo:	29/11/2018

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Debcad:	15.282.066-3
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem:	UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição:	20/10/2018
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Período da Dívida: 04/2017 a 04/2018
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 8.732,79
Valor Total: R\$ 19.502,81
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 15.282.067-1
Situação: AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 20/10/2018
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGB - DCG BATCH
Período da Dívida: 04/2017 a 04/2018
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 19.822,37
Valor Total: R\$ 44.262,60
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Devedor: ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ: 04.350.543/0001-90
Debcad: 44.741.725-8
Situação: AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável: QUARTA REGIÃO
Órgão de Origem: UA DRF FLORIANOPOLIS - CAC
Data Inscrição: 10/03/2018
Natureza da Dívida: Previdenciária - Outros
Documento de Origem: DCGO - LDCG / DCG ONLINE
Período da Dívida: 12/2010 a 01/2014
Receita: Previdenciárias
Valor Principal: R\$ 143.975,22
Valor Total: R\$ 399.773,18
Nº Judicial: 5025418-04.2018.4.04.7200
Data de Protocolo: 29/11/2018

Somatório dos Debcads da Execução Fiscal

Valor Total: R\$ 1.421.972,37

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5012264-89.2013.4.04.7200

Inscrições Localizadas: 1

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10983 500366/2010-00
Nº Inscrição:	91 6 10 001958-01
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	10/06/2010
Data Primeira Cobrança:	000000000
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5012264-89.2013.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 208.292,23 (UFIR 195.744,95)
Valor Consolidado:	R\$ 163.922,37
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 208.292,23
Total Consolidado:	R\$ 163.922,37

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Consulta Por Execução Fiscal Resumido

Execução Fiscal: 5022453-09.2025.4.04.7200
Inscrições Localizadas: 2

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10136 290673/2021-01
Nº Inscrição:	91 2 21 007833-30
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	07/06/2021
Data Primeira Cobrança:	020210817
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5022453-09.2025.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 12.466,71 (UFIR 11.715,73)
Valor Consolidado:	R\$ 21.606,04
Inscrições Derivadas:	

Devedor:	ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10136 290674/2021-47
Nº Inscrição:	91 6 21 016504-21
Receita:	1772 / DIV.ATIVA-RET CONT PG PJ D PRI
Data Inscrição:	07/06/2021
Data Primeira Cobrança:	020210817
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	5022453-09.2025.4.04.7200
Procuradoria Responsável:	QUARTA REGIAO
Valor Inscrito:	R\$ 38.749,11 (UFIR 36.414,91)
Valor Consolidado:	R\$ 67.156,08
Inscrições Derivadas:	

Somatório das Inscrições da Execução Fiscal

Total Inscrito:	R\$ 51.215,82
Total Consolidado:	R\$ 88.762,12

FIM DO RELATÓRIO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

Somatório das Inscrições do Processo Pricipal e Apensos (Art.28 LEF)

Valor Total Consolidado: R\$ 13.552.813,01

Evento 413

Evento:

PUBLICADO_NO_DJEN___NO_DIA_21_11_2025___REFER___AO_EVENTO__407

Data:

21/11/2025 02:36:29

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

413

Evento 414

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__409

Data:

24/11/2025 17:04:22

Usuário:

SC065046 - MELISSA KELLY DE BARROS SANTOS - PROCURADOR

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

414

Evento 415

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___409

Data:

24/11/2025 17:04:23

Usuário:

SC065046 - MELISSA KELLY DE BARROS SANTOS - PROCURADOR

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

415



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 14ª UNIDADE DE APOIO EM EXECUÇÃO FISCAL

AUTOS Nº 5005611-66.2016.4.04.7200

O **MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio de sua procuradora infrafirmada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, e **INFORMAR OS VALORES ATUALIZADOS DOS CRÉDITOS RELATIVOS AO IMÓVEL DE INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 53.37.068.1146.001.236, NOS TERMOS DO DEMONSTRATIVO EM ANEXO, bem como INFORMAR DADOS BANCÁRIOS PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ.**

R\$ 255.745,87 - Principal - MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS CNPJ: 82.892.282/0001-43 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA: 1877-5 C/C: 574430037-2 OP: 3703

R\$ 22.319,78 - Honorários Advocatícios - FUNPROLIS CNPJ 82.892.282/0004-96, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1877-5, C/C: 575235919-4, OP. 3703

Nesses termos, pede deferimento.

Florianópolis, data da assinatura digital.

MELISSA BARROS
Procuradora do Município
OAB/SC nº65.046-B



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS
Relatório Extrato do Contribuinte

Contribuinte:	184565 - ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA		
CPF/CNPJ:	04.350.543/0001-90	Nome social/Fantasia:	ALAMO CONSTRUTORA E
Endereço:	Rua APENINOS, SN , F.A635/G135/136/D19C - CORREGO GRANDE - 88.037-620		

Débitos

Imóveis 385574

53.37.068.1146.001.236

Rua RUA MAEST ALDO KRIEGER, SN - CORREGO GRANDE - 88037-500

Código	Ano/Parc	Crédito	Ex/Prt	Dt. Vcto	Situação	Valor	Correção	Juros	Multa	Taxa	Total	Dt. Pagto.	VI. Pago
	2025/1	IPTU	Não	05/03/2025	Aberta	1.689,54	0,00	156,11	84,48	0,00	1.930,13		0,00
	2025/2	IPTU	Não	07/04/2025	Aberta	1.689,55	0,00	139,22	84,48	0,00	1.913,25		0,00
	2025/3	IPTU	Não	05/05/2025	Aberta	1.689,55	0,00	121,31	84,48	0,00	1.895,34		0,00
	2025/4	IPTU	Não	05/06/2025	Aberta	1.689,55	0,00	102,05	84,48	0,00	1.876,08		0,00
	2025/5	IPTU	Não	07/07/2025	Aberta	1.689,55	0,00	83,46	84,48	0,00	1.857,49		0,00
	2025/6	IPTU	Não	05/08/2025	Aberta	1.689,55	0,00	61,84	84,48	0,00	1.835,87		0,00
	2025/7	IPTU	Não	05/09/2025	Aberta	1.689,55	0,00	42,24	84,48	0,00	1.816,27		0,00
	2025/8	IPTU	Não	06/10/2025	Aberta	1.689,55	0,00	21,63	84,48	0,00	1.795,66		0,00
	2025/9	IPTU	Não	05/11/2025	Aberta	1.689,55	0,00	0,00	33,79	0,00	1.723,34		0,00
	2025/10	IPTU	Não	05/12/2025	Aberta	1.689,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.689,55		0,00
	2026/1	IPTU	Não	05/01/2026	Aberta	17.768,82	0,00	0,00	0,00	0,00	14.215,06		0,00
	2026/1	IPTU	Não	05/02/2026	Aberta	17.768,82	0,00	0,00	0,00	0,00	15.991,94		0,00
	2026/1	IPTU	Não	05/03/2026	Aberta	17.768,82	0,00	0,00	0,00	0,00	16.880,38		0,00
	2026/1	IPTU	Não	05/03/2026	Aberta	1.776,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,90		0,00
	2026/2	IPTU	Não	06/04/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/3	IPTU	Não	05/05/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/4	IPTU	Não	05/06/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/5	IPTU	Não	06/07/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/6	IPTU	Não	05/08/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/7	IPTU	Não	08/09/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/8	IPTU	Não	05/10/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/9	IPTU	Não	05/11/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
	2026/10	IPTU	Não	07/12/2026	Aberta	1.776,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776,88		0,00
SubTotal						34.664,31	0,00	727,86	709,63	0,00	36.101,80		0,00

Total Débitos Pago								0,00	Total Débitos em Aberto				32.548,04
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	------	-------------------------	--	--	--	-----------

Dívidas Ativas

Imóveis 385574

53.37.068.1146.001.236

Rua RUA MAEST ALDO KRIEGER, SN - CORREGO GRANDE - 88037-500

Código	Ano/Parc	Crédito	Ex/Prt	Dt. Vcto	Situação	Valor	Correção	Juros	Multa	Taxa	Total	Dt. Pagto.	VI. Pago
15651081	2015/0	IPTU	E	09/09/2015	Aberta	8.093,24	0,00	10.138,40	404,66	0,00	18.636,30		0,00
16655272	2016/0	IPTU	E	18/03/2016	Aberta	10.676,27	0,00	12.680,20	533,81	0,00	23.890,28		0,00
17944839	2017/0	IPTU	E	06/03/2017	Aberta	11.476,99	0,00	12.112,81	573,85	0,00	24.163,65		0,00
18983320	2018/0	IPTU	E	05/03/2018	Aberta	11.785,72	0,00	11.018,46	589,29	0,00	23.393,47		0,00
24015786	2019/0	IPTU	E	06/03/2019	Aberta	15.279,99	0,00	12.451,65	764,00	0,00	28.495,64		0,00
24072858	2020/0	IPTU	E	05/03/2020	Aberta	12.635,57	0,00	8.780,45	631,78	0,00	22.047,80		0,00
24131759	2021/0	IPTU	N	05/03/2021	Aberta	13.130,88	0,00	7.548,94	656,54	0,00	21.336,36		0,00
102098058	2022/1	IPTU	E	07/03/2022	Aberta	1.453,20	0,00	661,06	72,66	0,00	2.186,92		0,00
102098022	2022/2	IPTU	E	05/04/2022	Aberta	1.453,20	0,00	646,52	72,66	0,00	2.172,38		0,00
102098025	2022/3	IPTU	E	05/05/2022	Aberta	1.453,20	0,00	631,56	72,66	0,00	2.157,42		0,00
102098031	2022/4	IPTU	E	06/06/2022	Aberta	1.453,20	0,00	616,73	72,66	0,00	2.142,59		0,00
102098032	2022/5	IPTU	E	05/07/2022	Aberta	1.453,20	0,00	601,77	72,66	0,00	2.127,63		0,00
102098038	2022/6	IPTU	E	05/08/2022	Aberta	1.453,20	0,00	584,76	72,66	0,00	2.110,62		0,00
102098042	2022/7	IPTU	E	05/09/2022	Aberta	1.453,20	0,00	569,21	72,66	0,00	2.095,07		0,00
102098045	2022/8	IPTU	E	30/10/2022	Aberta	1.453,20	0,00	554,39	72,66	0,00	2.080,25		0,00
102098051	2022/9	IPTU	E	11/11/2022	Aberta	1.453,20	0,00	539,57	72,66	0,00	2.065,43		0,00
102098052	2022/10	IPTU	E	05/12/2022	Aberta	1.453,20	0,00	523,29	72,66	0,00	2.049,15		0,00
101426247	2023/1	IPTU	E	06/03/2023	Aberta	1.547,35	0,00	506,29	0,00	0,00	2.053,64		0,00
101426249	2023/2	IPTU	E	05/04/2023	Aberta	1.547,31	0,00	490,80	77,37	0,00	2.115,48		0,00
101426252	2023/3	IPTU	E	05/05/2023	Aberta	1.547,31	0,00	473,47	77,37	0,00	2.098,15		0,00
101426254	2023/4	IPTU	E	05/06/2023	Aberta	1.547,31	0,00	456,92	77,37	0,00	2.081,60		0,00
101426258	2023/5	IPTU	E	05/07/2023	Aberta	1.547,31	0,00	440,36	77,37	0,00	2.065,04		0,00
101426263	2023/6	IPTU	E	07/08/2023	Aberta	1.547,31	0,00	423,80	77,37	0,00	2.048,48		0,00
101426270	2023/7	IPTU	E	05/09/2023	Aberta	1.547,31	0,00	406,16	77,37	0,00	2.030,84		0,00

* Dívidas que já fizeram parte de algum parcelamento



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS
Relatório Extrato do Contribuinte

Contribuinte:		184565 - ALAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA										
CPF/CNPJ:		04.350.543/0001-90				Nome social/Fantasia:		ALAMO CONSTRUTORA E				
Endereço:		Rua APENINOS, SN , F.A635/G135/136/D19C - CORREGO GRANDE - 88.037-620										
101426275	2023/8	IPTU	E	05/10/2023	Aberta	1.547,31	0,00	390,69	77,37	0,00	2.015,37	0,00
101426280	2023/9	IPTU	E	06/11/2023	Aberta	1.547,31	0,00	375,22	77,37	0,00	1.999,90	0,00
101426286	2023/10	IPTU	E	05/12/2023	Aberta	1.547,31	0,00	359,74	77,37	0,00	1.984,42	0,00
103166811	2024/1	IPTU	N	05/03/2024	Aberta	1.618,04	0,00	327,65	80,90	0,00	2.026,59	0,00
103166834	2024/2	IPTU	N	05/04/2024	Aberta	1.618,04	0,00	311,47	80,90	0,00	2.010,41	0,00
103166856	2024/3	IPTU	N	06/05/2024	Aberta	1.618,04	0,00	295,29	80,90	0,00	1.994,23	0,00
103166876	2024/4	IPTU	N	05/06/2024	Aberta	1.618,04	0,00	279,11	80,90	0,00	1.978,05	0,00
103166905	2024/5	IPTU	N	05/07/2024	Aberta	1.618,04	0,00	262,93	80,90	0,00	1.961,87	0,00
103166930	2024/6	IPTU	N	05/08/2024	Aberta	1.618,04	0,00	246,75	80,90	0,00	1.945,69	0,00
103166949	2024/7	IPTU	N	05/09/2024	Aberta	1.618,04	0,00	230,57	80,90	0,00	1.929,51	0,00
103166973	2024/8	IPTU	N	07/10/2024	Aberta	1.618,04	0,00	214,39	80,90	0,00	1.913,33	0,00
103166993	2024/9	IPTU	N	05/11/2024	Aberta	1.618,04	0,00	198,20	80,90	0,00	1.897,14	0,00
103167021	2024/10	IPTU	N	05/12/2024	Aberta	1.618,04	0,00	198,20	80,90	0,00	1.897,14	0,00
SubTotal						129.264,19	0,00	87.547,78	6.385,86	0,00	223.197,83	0,00
Total Dívidas Pago									0,00	Total Dívidas em Aberto		223.197,83
Total Pago						0,00	Total Devido				255.745,87	

* Dívidas que já fizeram parte de algum parcelamento

Evento 416

Evento:

EMBARGOS_DE_DECLARACAO___REFER___AO_EVENTO___407

Data:

28/11/2025 19:40:23

Usuário:

SC034550 - MAURICIO NATAL SPILERE - ADVOGADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

416

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA FEDERAL da 14ª UNIDADE DE APOIO EM EXECUÇÃO FISCAL (RSSAN03)

ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., já qualificada, por seus procuradores judiciais signatários, nos autos da **Execução Fiscal** nº **5005611-66.2016.4.04.7200**, ajuizada pela **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL** para, em atenção à r.Decisão do Ev. 406, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** com fulcro no art. 1.022, II do Código de Processo Civil, nos seguintes termos.

Com o máximo respeito, o Embargante tem como justo comparecer à presença de v.Exa. para opor o presente Recurso de Embargos de Declaração, visando a economia processual dada a prejudicialidade externa, como também o imediato encerramento da questão, sem representar qualquer crítica ao ofício judicante.

Nesse cenário, a excelsa Corte alerta que ***“ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal.”*** (STF – *apud* – Theotonio Negrão, 2022). Por isso, sem qualquer pretensão de trazer novamente a julgamento questões já decididas por este r.Juízo, pugna-se por efeitos infringentes, nas hipóteses permitidas pelo art. 1.022 do CPC, consoante passa a arrazoar.

Relembra-se que o Executado foi intimado sobre a r.Decisão do Ev. 406, na qual determinou ***“a realização da venda direta por iniciativa particular através do sistema COMPREI, nos termos do art. 880 do CPC c/c art. 3º, inc. I da Portaria PGFN nº 3.050/2022, do imóvel matriculado sob o n. 135.463 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC.”***.

Ab initio vem informar a existência de prejudicialidade externa quanto a realização da compra direta, considerando que o Agravo de Instrumento de nº 5013506-32.2025.4.04.0000. No referido processo está em discussão a necessidade de realização nova avaliação do imóvel penhorado. A manutenção da ordem de venda antes do deslinde do recurso cria o risco de dano processual irreversível: a entrada de terceiros de boa-fé (arrematantes) num cenário de insegurança jurídica, potencialmente obrigando o Judiciário a desfazer atos expropriatórios perfeitos e acabados caso o r.Tribunal ordene nova avaliação.

Portanto, a determinação de venda partiu da premissa fática de que a avaliação constante nestes autos (R\$ 5.701.154,55) reflete a realidade de mercado. Ocorre que tal premissa é contraditada por outro documento público dotado de fé pública oriundo da Justiça do Trabalho (Proc. nº 0000183-65.2021.5.12.0055), que avaliou o mesmo bem em R\$ 27.894.000,00.

Em *data maxima venia*, não se trata de mera insurgência quanto ao valor, mas de omissão quanto ao risco sistêmico antes da decisão do r.Trinunal, podendo até mesmo gerar nulidade da arrematação por preço vil. Se a venda prosseguir com base no laudo destes autos (R\$ 5,7 mi), o imóvel poderá ser alienado por 50% deste valor (aprox. R\$ 2,8 mi), o que representaria meros 10% da avaliação oficial trabalhista. Tal cenário viola frontalmente o Art. 891 do CPC (vedação ao preço vil) e o princípio da menor onerosidade (Art. 805 do CPC), visto que não saciaria completamente o débito aqui executado.



É imperioso ressaltar que o e.TRF4 já possui posicionamento quanto a realização de nova avaliação e cancelamento do leilão quando presente uma discrepância muito grande entre os laudos de avaliação, exatamente como no presente caso, onde no presente feito o meirinho avaliou em R\$ 5.701.154,55 enquanto na esfera trabalhista foi avaliado em quase 5x mais. Veja-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO. LEILÃO . DISCREPÂNCIA ENTRE O LAUDOS DE AVALIAÇÃO. NOVA AVALIAÇÃO. **NECESSIDADE. CANCELAMENTO DO LEILÃO . Verificada grande discrepância entre o laudos de avaliação elaborados pelos oficiais de justiça e o laudo do leiloeiro, mostra-se legítima a preocupação externada quanto à arrematação do bem por preço vil, justificando a necessidade de nova avaliação do bem e, consequentemente, o cancelamento do leilão aprazado. (TRF-4 - AG: 50319805620224040000 RS, Relator.: EDUARDO VANDRÉ OLIVEIRA LEMA GARCIA, acompanhado por: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE e ROBERTO FERNANDES JUNIOR, Data de Julgamento: 18/10/2022, 2ª Turma)**

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. **DIVERGÊNCIAS ENTRE AVALIAÇÕES OFICIAIS . NOVA AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS, DEVIDA. COMPETÊNCIA DA 4ª TURMA, NÃO CONFIGURADA. RESOLUÇÃO N. 449/2024 . RECURSO PROVIDO. 1. Verificada substancial diferença entre o valor da avaliação do imóvel adotada pelo juízo e aquelas trazidas pelo agravante, merece acolhida a pretensão do agravante para que seja determinada a realização de nova avaliação do bem penhorado. 2. Por força da Resolução n. 449/2024, a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a partir de 10-8-2024, passou a funcionar com a competência estabelecida no § 2º do artigo 4º do Regimento Interno TRF4. 3. Provido o recurso. (TRF-4 - AG: 50395468520244040000 RS, Relator.: VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, acompanhado por: ANA CRISTINA FERRO BLASI e ELIANA PAGGIARIN MARINHO Data de Julgamento: 26/03/2025, 11ª Turma, Data de Publicação: 16/04/2025)**

Conforme demonstrado nos dois julgados acima, o e.TRF4 possui o entendimento da designação de nova avaliação quando presente a existência de duas avaliações realizadas por oficiais de justiça com diferença de valor discrepante.

Subsidiariamente, considerando que existe grande probabilidade de nova designação de avaliação pelo r.Tribunal, caso o bem seja avaliado em valor suficiente para garantir a dívida, abrirá prazo para realização de Embargos à Execução, atentando que com a presente avaliação a dívida não se encontra completamente garantida, consequentemente, não oportunizou a oposição de Embargos na forma do art. 16, § 1º da LEF.

Em suma, de uma forma ou de outra o deslinde do Agravo de Instrumento impacta diretamente na avaliação do imóvel, seja para fins de leilão, seja para fins de oposição de embargos à execução. Assim, imperiosa a suspensão na forma do art. 313, V do CPC.

Diante do exposto, sem jamais incursionar em digressões procrastinatórias, apenas exercitando defesa de legítimos direitos (e interesses), a Embargante retorna aos autos para, respeitosamente, diante do grave risco de dano de difícil reparação e da probabilidade de provimento do recurso, requerer-se, com fulcro no entendimento do e.TRF4, visando a economia processual, o conhecimento e provimento dos presentes Embargos de Declaração a fim de que seja integralizada a r.Decisão, no sentido de analisar a prejudicialidade e suspender a venda até o deslinde do Agravo de Instrumento.



Desde logo, dado o risco de prosseguimento e designação de leilão, requer seja recebido o presente Embargos de Declaração com efeito suspensivo, na forma do art. 1.026, § 1º do CPC.

Por fim, requer que as futuras intimações sejam procedidas exclusivamente em nome do advogado **Mauricio Natal Spilere** (OAB/SC 34.550), sob pena de nulidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Florianópolis/SC, 28 de novembro de 2025

Mauricio Natal Spilere
OAB/SC 34.550

Luiz Carlos Freyesleben
OAB/SC 36.857

Nicolau Apóstolo Pítsica
OAB/SC 0735

Anselmo Cerello
OAB/SC 31.519

Evento 417

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___410___CIENCIA_NO_DOMICIL

Data:

28/11/2025 21:08:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

417

Evento 418

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___408___CIENCIA_TACITA

Data:

28/11/2025 23:59:59

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

418

Evento 419

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___01_12_2025___MOTIVO___SUSPENSAO_DE

Data:

02/12/2025 09:44:42

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

419

Evento 420

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___410

Data:

02/12/2025 10:07:35

Usuário:

PFN2346849 - LEANDRO FAUSTINO DA SILVA - PROCURADOR

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

420

Processo n. 5005611-66.2016.404.7200

EXMO(A) SR(A) JUÍZ(A)

A **União - Fazenda Nacional**, por meio de seu Procurador da Fazenda Nacional, vem informar que já providenciou a inserção do bem no sistema do COMPREI, requerendo a suspensão por 90 dias, enquanto se aguarda os resultados do certame.

Termos em que pede e espera deferimento.

Florianópolis/SC, *data do evento*.

Leandro Faustino da Silva
Procurador da Fazenda Nacional

■

Evento 421

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__408

Data:

02/12/2025 14:51:28

Usuário:

PERSC000281 - GABRIEL MAZZOLLI DAMIANI - PERITO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

421

Evento 422

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

02/12/2025 14:59:05

Usuário:

BRF01 - CARLOS AUGUSTO TOMM - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

422

Evento 423

Evento:

DESPACHO

Data:

02/12/2025 15:30:24

Usuário:

MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

423



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
14ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSSAN03)

Tv. João Meller, 102 - Bairro: Castelarín - CEP: 98804-562 - Fone: (55) 3313-7600 - Email: rssan03@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005611-66.2016.4.04.7200/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela executada em relação ao despacho do evento 406.

Afirma a embargante a existência de

.... prejudicialidade externa quanto a realização da compra direta, considerando que o Agravo de Instrumento de nº 5013506-32.2025.4.04.0000. No referido processo está em discussão a necessidade de realização nova avaliação do imóvel penhorado. A manutenção da ordem de venda antes do deslinde do recurso cria o risco de dano processual irreversível: a entrada de terceiros de boa-fé (arrematantes) num cenário de insegurança jurídica, potencialmente obrigando o Judiciário a desfazer atos expropriatórios perfeitos e acabados caso o r.Tribunal ordene nova avaliação.

Finalizou requerendo o recebimento dos Embargos de Declaração com efeito suspensivo.

É o breve relato.

Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, em sentença, acórdão ou decisão interlocutória, obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, os quais deverão ser opostos no prazo de cinco dias (artigos 48 e 49 da Lei n.º 9.099/1995), pois visam a integrar ou a aclarar a decisão embargada.

Preliminarmente, porquanto tempestivo, recebo o presente recurso.

Não merecem acolhimento os embargos declaratórios.

Veja-se abaixo o teor da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento Nº 5013506-32.2025.4.04.0000, referido pela executada:

VOTO

Para que o juiz desconsidere a avaliação de oficial de justiça e nomeie perito, é necessário que a impugnação à avaliação seja devidamente motivada (cf. TRF4, AG nº 5019517-29.2015.404.0000, Segunda Turma, juntado aos autos em 20-08-2015).

No caso dos autos, o laudo de avaliação firmado pelo oficial de justiça - ora impugnado - descreve suficientemente o bem imóvel penhorado, indicando suas características e o estado em que se encontra, elencando também os critérios utilizados para sua elaboração, entre os quais o método comparativo, ou seja, aquele em que o valor do imóvel é obtido através da comparação de dados de mercado imobiliário relacionado a outros imóveis de características similares, conforme especificação técnica da NBR 14.653 (cf. Evento 318, laudoreaval2, do processo originário).

Ora, não caberia afastar a regularidade do laudo oficial com base em mero inconformismo da agravante com o valor atribuído ao imóvel, quando em comparação com aquele constante do laudo particular por ela encomendado, o qual emprega o método involutivo para a avaliação do imóvel em questão. O avaliador contratado pelo particular justifica a utilização desse método em função da ausência de dados de mercado semelhantes ao imóvel que se pretender avaliar. Ocorre que isso não corresponde ao apurado nos autos, em que o oficial de justiça efetivamente identificou outros imóveis para aplicar o método comparativo, inclusive indicando diversas amostras de imóveis com as características semelhantes ao do penhorado.

Enfim, o laudo particular juntado aos autos pela parte agravante se fundamenta em suposições e situações hipotéticas para a valoração do imóvel, como, por exemplo, a possibilidade de se construir sobre o terreno do imóvel um condomínio residencial/comercial e, a partir daí, obter lucros com a alienação de unidades habitacionais/lojas comerciais, o que incrementaria o valor de mercado do imóvel (cf. Evento 324, anexo2, do processo originário). Ou seja, o valor do imóvel atribuído pela parte agravante tem origem em situação manifestamente indeterminada, condicionada a evento futuro e incerto, sem a mínima evidência concreta de sua ocorrência, de modo que não se revela capaz de comprometer a correção da avaliação oficial, sobretudo quando pautada em dados suficientes de anúncios recentes de imóveis semelhantes em condições de mercado.

Enfim, nem sequer há, por parte da agravante, a demonstração concreta de oscilação do preço do mercado imobiliário em que localizado o bem imóvel a impactar o valor que lhe foi atribuídos pelo oficial de justiça.

Assim, como a parte agravante não teve êxito em demonstrar erro no laudo de avaliação capaz de ilidir o valor a que chegou o oficial de justiça, tenho que a sua impugnação carece de motivação suficiente, pelo que agiu corretamente o juiz da causa ao indeferir o pedido de reavaliação do bem imóvel penhorado.

Ante o exposto, voto por **negar provimento** ao agravo de instrumento.

Em relação à decisão acima transcrita, foram opostos embargos de declaração, que ainda não foram objeto de análise pelo Tribunal.

Não há atribuição de efeito suspensivo naqueles autos.

Por fim, sobre os pressupostos para análise dos Embargos de Declaração, trago aos autos decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal - APC: 20060111168500:

PROCESSO CIVIL. TEORIA GERAL DOS RECURSOS. REQUISITOS EXTRÍNSECOS E INTRÍNSECOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INTERRUPTÃO. PRAZO. OUTROS RECURSOS. 1. AINDA QUE CONSIDERADOS INFRINGENTES OU DESCABIDOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ELES INTERROMPEM O PRAZO PARA O AVIAMENTO DE OUTROS RECURSOS, AO TEOR DO ART. 538, CAPUT, DO CPC. AS REGRAS QUE IMPÕEM SANÇÃO OU ÔNUS ÀS PARTES DEVEM SER INTERPRETADAS RESTRITIVAMENTE. ASSIM, A PENA PARA OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS NÃO É A SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO PROCESSUAL DA INTERRUPTÃO DO PRAZO, MAS, SIM, A MULTA PREVISTA NA LEI, E, EVENTUALMENTE, A CARACTERIZAÇÃO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, PELA QUAL RESPONDE A PARTE FALTOSA POR PERDAS E DANOS. O ÚNICO SENÃO OCORRE QUANTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SÃO APRESENTADOS DE FORMA INTEMPESTIVA. NESSE CASO, E SÓ NESTE CASO, NÃO TERÃO ELES O CONDÃO DE INTERROMPER O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS. 2. **A TEMPESTIVIDADE É TÃO-SOMENTE UM DOS REQUISITOS EXTRÍNSECOS PARA SE ADMITIR UM RECURSO. PARA O CONHECIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EXIGE-SE, AINDA NESTA CLASSIFICAÇÃO: REGULARIDADE FORMAL E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO OU EXTINTIVO DO PODER DE RECORRER. QUANTO AOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS: CABIMENTO, LEGITIMAÇÃO PARA RECORRER E O INTERESSE EM RECORRER. OS CASOS PREVISTOS A EMBARGOS DECLARATÓRIOS SÃO ESPECÍFICOS E SOMENTE CABÍVEIS QUANDO HÁ OBSCURIDADE, DÚVIDA, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO EM PONTO SOBRE QUE DEVIA PRONUNCIAR-SE O TRIBUNAL. 3. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO-SE O NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ANTERIORMENTE OPOSTOS.**

(TJ-DF - APC: 20060111168500 DF, Relator: FLAVIO ROSTIROLA, Data de Julgamento: 22/08/2007, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 04/09/2007 Pág. : 119)

Ante o exposto, por não haver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida a serem sanados, **não conheço dos presentes embargos.**

Documento eletrônico assinado por **ANDREIA MOMOLLI, Juíza Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://verificar.trf4.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **720013989219v5** e do código CRC **cf6d9d96**.

Informações adicionais da assinatura:
 Signatário (a): ANDREIA MOMOLLI
 Data e Hora: 02/12/2025, às 15:30:23

Evento 424

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
02/12/2025 15:30:27

Usuário:
MOM10 - ANDREIA MOMOLLI - MAGISTRADO

Processo:
5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:
424

Executado:
ÁLAMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Prazo:
19 Dias

Status:
ABERTO

Data Inicial:
09/12/2025 00:00:00

Data Final:
28/01/2026 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
MAURICIO NATAL SPILERE

Suspensões e Feriados:
RECESSO: 20/12/2025 a 20/01/2026
DIA DA JUSTIÇA: 08/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 22/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 23/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 24/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 25/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 26/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 29/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 30/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 31/12/2025
RECESSO JUDICIÁRIO: 01/01/2026
RECESSO JUDICIÁRIO: 02/01/2026
RECESSO JUDICIÁRIO: 05/01/2026
RECESSO JUDICIÁRIO: 06/01/2026

Evento 425

Evento:

DISPONIBILIZADO_NO_DJEN___NO_DIA_03_12_2025___REFER__AO_EVENTO__424

Data:

03/12/2025 02:07:25

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

425

Evento 426

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___02_12_2025___MOTIVO___SUSPENSAO_DE

Data:

03/12/2025 14:43:28

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

426

Evento 427

Evento:

PUBLICADO_NO_DJEN___NO_DIA_04_12_2025___REFER___AO_EVENTO__424

Data:

05/12/2025 14:27:41

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

427

Evento 428

Evento:

PUBLICADO_NO_DJEN___NO_DIA_04_12_2025___REFER___AO_EVENTO__424

Data:

05/12/2025 14:27:42

Usuário:

SECDE - SISTEMA DE DIÁRIO ELETRÔNICO - SISTEMA EPROC

Processo:

5005611-66.2016.4.04.7200/SC

Sequência Evento:

428

RELATÓRIO DE ERROS

(Gerado automaticamente pelo sistema.)

Falhas de Geração/Conversão:

Não houve nenhuma falha na geração ou conversão dos arquivos para formato PDF.

Falhas de Concatenação/Unificação:

Processo 5005611-66.2016.4.04.7200/SC, Evento 263, Documento 2